

José Miguel Sardica

O FONTISMO



O FONTISMO

José Miguel Sardica

O FONTISMO

José Miguel Sardica

Título O Fontismo
Autor José Miguel Sardica
© Universidade Católica Editora
© Autor

Revisão Ana Cunha
Capa Ana Luísa Bolsa
Imagem da capa António Maria de Fontes Pereira de Melo,
fotografia de Emílio Biel, 1883

Paginação Magda Macieira Coelho
Impressão Sersilito – Empresa Gráfica, Lda
Tiragem 150 exemplares
Data maio 2021
Depósito Legal 482880/21

ISBN 9789725407783
ISBN e-book 9789725407790

Universidade Católica Editora
Palma de Cima 1649-023 Lisboa
Tel. (351) 217 214 020
uceditora@ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt

Licença: Este trabalho encontra-se publicado com a Licença
Internacional Creative Commons Atribuição 4.0



Índice

Nota prévia.....	7
Fontismo: o nome e a coisa.....	9
A obra do fontismo.....	20
A crítica do fontismo.....	50
Fontismo: o balanço e o debate.....	64
Bibliografia consultada.....	73

Nota prévia

Este pequeno livro constitui uma versão bastante alargada e anotada de uma conferência que apresentei, com o título «Fontismo y plenitud del Estado Liberal», no Seminário Internacional *Oliveira Martins y su tiempo (1845-1894)*, realizado pelo Departamento de História Contemporânea da Faculdade de Geografia e História da UNED (Universidad Nacional de Educación a Distancia), em Madrid, no final de outubro de 2019. Agradeço, por isso, aos organizadores desse encontro, os Profs. Hipólito de La Torre Gómez, Ángeles Lario e Paula Borges Santos, o amável convite feito para aquela participação, pelo que ele serviu de pretexto e de motivação para visitar o assunto tratado nestas páginas, bem como aos colegas espanhóis e portugueses ali presentes, pelos seus comentários e perguntas. Um obrigado é também devido, naturalmente, à Universidade Católica Editora, à sua diretora, Dr.^a Anabela Antunes, e a toda a sua diligente equipa, pelo acolhimento simpático e pela produção gráfica desta proposta de publicação, dando-me o gosto de voltar a ter um trabalho meu com a chancela da Universidade Católica Portuguesa, onde há já vários anos desenvolvo a minha carreira académica.

António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887) foi o mais importante político português do século XIX, tendo a sua vida e obra dado origem à palavra «fontismo». Em registo

de ensaio histórico, este livro é uma breve biografia do estadista de Oitocentos, explicando como o fontismo significou o apogeu da monarquia liberal portuguesa, num modelo de estabilidade política, de acalmia social e de crescimento económico que mudou o país, tornando-o menos pobre e menos atrasado no panorama da Europa do tempo. Do passado para o presente, o texto procura assim oferecer uma oportunidade de reflexão sobre os contextos, as possibilidades e os limites do desenvolvimento em Portugal.

1.

Fontismo: o nome e a coisa

A memória portuguesa associa muitas vezes períodos da sua história à vida e à obra de grandes figuras que a marcaram ou lideraram, expressando, porventura, um certo pendor providencialista ou messiânico na consideração dos seus grandes homens do leme¹. É assim que o século XVIII foi o tempo do «pombalismo», o século XIX o tempo do «fontismo» e o século XX o tempo do «salazarismo». Poucas coisas permitem comparar o marquês de Pombal, Fontes Pereira de Melo e Salazar, dada a conjuntura muito diferente em que cada um operou e, portanto, as diversas formações, ideias, valores, projetos e resultados de que cada um partia e a que cada um chegou no seu respetivo Portugal – o do antigo regime, o do liberalismo monárquico e o do autoritarismo mais contemporâneo. Contudo, esta antropomorfização da história é reveladora da

1. «Homem do leme» é uma expressão famosa, utilizada por Fernando Pessoa no seu poema «O Mostrengo» (*Mensagem*, 1934), designando os grandes heróis que, na gesta naval quinhentista, cruzaram o mar, em nome de «El-Rei D. João Segundo», para vencerem o «Mostrengo» (Adamastor). No imaginário pessoano, o «homem do leme» era o líder visionário que personificava e comandava a vontade da nação portuguesa e dos seus decisores. Salvaguardadas as devidas distâncias (Fernando Pessoa não viveu no século XIX), Fontes Pereira de Melo foi, aos olhos dos seus muitos correligionários, amigos e admiradores, o «homem do leme» do Oitocentismo português, pelo que ele representou de projeto, esperança e rumo naquela época histórica.

importância singular destes nomes, e do quanto as suas biografias constituem instrumentos centrais para a compreensão dos seus respetivos mundos, que foram sucessivamente construindo a história nacional nos séculos mais recentes.

António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887) foi o responsável pela criação do mais famoso e importante «ismo» do século XIX – o «fontismo». Além deste, a história da monarquia constitucional só deixou dois outros «ismos», mais pequenos no tempo e na importância: o «cabralismo», dos governos integrados ou liderados por António Bernardo da Costa Cabral, o conde de Tomar, entre 1842 e 1851, e o «franquismo», do projeto político e do governo do conselheiro João Franco, o último presidente do ministério do rei D. Carlos, entre 1906 e 1908. Também apareceram, nos jornais, em opúsculos e na gíria da época, o «saldanhismo» (do duque de Saldanha), o «avilismo» (do marquês-duque de Ávila), ou o «zédiismo» (de José Dias Ferreira), mas de poder e influência mais episódicos do que os de Costa Cabral, de João Franco e, por maioria de razões, de Fontes Pereira de Melo. Nenhum destes exemplos, no entanto, foi capaz de ensombrar o domínio coevo e a posteridade historiográfica conquistados pelo «fontismo». A palavra entrou no vocabulário do tempo e representou, tanto para admiradores como para críticos, não apenas a vida e a obra do político, mas sobretudo um determinado ciclo temporal, um modelo de Estado, de sociedade e de economia, um ideal de civilização, no limite uma forma de pensar e de gerir Portugal.

Não obstante, e como assinala uma sua biógrafa, o fontismo teve a desdita de entrar para a narrativa histórica portuguesa com cores mais negativas do que positivas. Ainda em vida, o estadista teve de se haver com a crítica cerrada da Geração de 70, um grupo notável de jovens intelectuais que fizeram

carreira demolindo a rotina material e política da Regeneração, o período da história de Portugal compreendido entre 1851 e 1890, em que o fontismo se inscreveu. Foi esta visão revolucionária dos novos, demonizando o país burguês e bem instalado do liberalismo monárquico, que mais fixou o retrato do fontismo para a posteridade – um retrato que era, e ainda hoje é, mais um «panfleto político» do que uma «descrição sociológica»², ou seja, mais um discurso de oposição contra o homem que tutelava o país que os jovens mais revolucionários não queriam, do que uma análise imparcial dos progressos que esse país inequivocamente registou, no tempo das suas vidas e em contraste com o passado recente. Sobre isto, e já entrado o século xx, a esquerda republicana nunca apreciou Fontes, porque ele fora um dos mais aprumados monárquicos oitocentistas, e a direita autoritária também o recusou, porque ele consolidara um regime liberal que o salazarismo desprezava³. Foi só já mais para o final do século xx, quando o liberalismo monárquico começou a ser estudado, que o fontismo pôde ser (re)considerado como problema, e não como mera etiqueta⁴, por entre uma ou outra tentativa de evocação comparativa, quando um ou outro dos nomes e governos da democracia portuguesa (o PSD de Aníbal Cavaco Silva terá sido o melhor exemplo), mais apostou nos efeitos multiplicadores das políticas de obras públicas – a mais forte, embora não a única, das imagens que ajudava, e ajuda, a definir o que foi o fontismo.

2. Mónica, 2009, p. 189.

3. Mónica, 2009, p. 187.

4. Para as primeiras abordagens problematizantes do significado do fontismo, publicadas em tempos mais recentes, v. Serrão, 1984, Pedreira, 1985, Mata, 1988, ou Macedo, 1990.

Quando Fontes Pereira de Melo morreu, a 22 de janeiro de 1887, com 67 anos de idade, o sentimento nacional de perda foi quase unânime. Rafael Bordalo Pinheiro, o mais genial dos caricaturistas do tempo, que ao longo dos anos produzira inúmeras páginas satirizando Fontes⁵, publicou no *Pontos nos ii* um desenho sóbrio, tarjado de negro, do leito de morte do estadista, com uma legenda que era «um ato de retidão e de justiça»: sem se retratar «dos agravos de ontem», mas com «isenção», «serenidade» e «desassombro», Bordalo Pinheiro lastimava «sinceramente, devotadamente, a perda enorme que o país acaba de sofrer na infausta morte de Fontes Pereira de Melo!»⁶. Dias mais tarde, sob o título «A Chefatura», desenharia um gigantesco Fontes, numa sombra esfumada, contrastando, em altura e porte, com uma miríade de figurinhas que se esticavam para o alcançarem. Na legenda lia-se: «Por mais que se encarrapitem, nenhum é capaz de lhe chegar ao pulso.»⁷ *N'As Farpas*, publicação que tanto zurzira o político, Ramalho Ortigão escreveu que se «abate[ra] o eixo em que se mantinha e girava toda a evolução da política monárquica em Portugal»⁸. Joaquim Pedro Oliveira Martins, desde sempre um antifontista, opinou que o finado fora «o homem forte e íntegro mais funesto que Deus deu a este país», em todo o caso «o

5. V., para o efeito, o volume *Fontes Pereira de Melo nas caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro*, Lisboa, CML e Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1988.

6. *Pontos nos ii*, 27 de janeiro de 1887, p. 25. V. *Fontes Pereira de Melo nas caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro*, p. 658. Bordalo Pinheiro acrescentava mesmo: «E que se surpreendam, se quiserem, que nos apodem de incoerentes, se isso lhes apraz, que bem pouco se nos dá ficarmos de mal com todo o mundo, uma vez que tenhamos ficado a bem com a própria consciência!»

7. *Pontos nos ii*, 3 de fevereiro de 1887, p. 40. V. *Fontes Pereira de Melo nas caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro*, p. 665.

8. Ortigão, 1943 [1887], p. 168.

mais influente de Portugal nos últimos vinte anos» e, porventura, o que melhor tivera «uma noção clara» das «necessidades urgentes» da sociedade portuguesa do seu tempo⁹. António de Serpa Pimentel, que sucedeu a Fontes na chefia do Partido Regenerador, em 1887, não hesitou em declarar que desaparecera «o homem que representa e personifica uma época importante da nossa história»¹⁰.

No parlamento, onde Fontes tivera assento, como deputado, par do Reino, ministro ou presidente do Conselho durante quase quarenta anos (de 1848 a 1887), os elogios fúnebres multiplicaram-se, unânimes no reconhecimento de que se tratava de uma figura política única. José Luciano de Castro, líder do Partido Progressista e do governo à data da morte de Fontes, subiu à tribuna para comovidamente lamentar o desaparecimento do «benemérito cidadão e grande estadista, cuja falta eu deploro como uma perda nacional». Aos seus olhos, aos dos seus «amigos políticos» (os progressistas, adversários dos regeneradores de Fontes), e aos de «todos quantos prezam a grandeza desta terra», o finado fora «o infatigável iniciador ou colaborador de todos os grandes melhoramentos que transformaram a sociedade portuguesa do nosso tempo»¹¹. Nas palavras de António Cândido Ribeiro da Costa, um dos deputados da bancada progressista de 1887, Fontes Pereira de Melo deveria ser recordado, simplesmente, como «o maior homem da sociedade política portuguesa, o primeiro que as vistas estranhas distinguiam de qualquer parte do mundo»¹². Por seu turno, Manuel Pinheiro Chagas, antigo ministro da Marinha

9. Martins, 1959 [1887], pp. 428, 431-432.

10. Ramos, 2001, pp. 100-101.

11. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15 de abril de 1887, pp. 67-68.

12. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15 de abril de 1887, p. 70.

e Ultramar do último governo de Fontes, elogiou o seu líder projetando-o na própria história do século XIX até aí transcorrida: «A liberdade em Portugal teve duas grandes épocas, 1834 e 1851, a revolução e a pacificação, o louro e a oliveira, o alvião e a espada, a tempestade que derruba o velho edifício, e o trabalho que consolida, completa e coroa o edifício das novas instituições [...] O movimento admirável de 1851 pode dizer-se que se simboliza em Fontes Pereira de Melo. Podem discuti-lo, podem contestá-lo, podem guerreá-lo, mas o movimento que ele iniciou todos o seguem fatalmente.»¹³

Ainda em vida de Fontes, em 1879, a conhecida princesa Maria Rattazzi, uma das melhores cronistas estrangeiras da sociedade portuguesa, deixou escrito um extenso retrato do conhecido ministro, declarando «incontestável» tratar-se do «primeiro estadista de Portugal»¹⁴. Ele possuía «o traço distintivo» dos grandes políticos, «simultaneamente meditativo e laborioso, passando quase sem transição da ideia ao facto; as suas palavras são ações e as ações caminhos-de-ferro, tratados de comércio, legislação sobre a fazenda e a igualdade civil, destinados a ampliar o engrandecimento de uma nação, alargando os horizontes aos seus habitantes»¹⁵. Fontes era, ao mesmo tempo, «um espírito cintilante de verve e um carácter empreendedor e ativo». Distinguia-se dos demais: «voz sonora, palavra ardente e imaginosa, vigor na réplica, fazendo sobressair extraordinariamente a placidez e a correção da atitude. É um homem do mundo, que leva para o parlamento o seu belo ar palaciano»¹⁶. E Rattazzi, uma mulher viajada, não

13. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15 de abril de 1887, p. 69.

14. Rattazzi, 1997 [1879], p. 474.

15. Rattazzi, 1997 [1879], pp. 467-468.

16. Rattazzi, 1997 [1879], p. 470.

se esquecia de sublinhar o cosmopolitismo daquele cidadão único: «Nenhum outro ministro, depois de Lord Palmerston, foi recebido com tanta distinção em França, Alemanha e Itália como o estadista português.»¹⁷

Num texto de 1880, que acompanhava uma estampa de Fontes desenhada por Bordalo Pinheiro para o seu *Álbum das Glórias*, Guilherme de Azevedo traçou-lhe um retrato cuja sátira descobria alguma admiração incontida. Fontes era uma «glória portuguesa», de «austeridade certa, costumes exemplares e trajas severos», «o mais feliz dos estadistas portugueses», a que equivalia «de certa forma a condição de ser dos mais hábeis». Daí partia Guilherme de Azevedo para explicar a especialíssima relação existente entre o grande político e o país que lhe fora dado governar: «Os seus partidários, à parte as virtudes cívicas e pessoais que ninguém lhe contesta, atribuem-lhe todos os caminhos-de-ferro, todas as estradas, todos os canais, todos os majores, todas as represas, todas as pontes, todos os tenentes, todos os viadutos, todos os alferes de que hoje estão cortados o solo e a sociedade portuguesa, não concedendo sequer à iniciativa dos seus contrários nem um palmo de estrada, nem uma polegada de sargento». Tecnocrata dinâmico e referência militar, o «Sr. Fontes» era, além disso, «um parlamentar hábil e um estadista inteligente. Pôs-se à frente da sociedade portuguesa no último quartel do século XIX e deixa-a ir para onde ela muito bem quer, para a glória ou para a bancarrota, sem a contrariar nos seus desígnios». Mais do que um caudilho, heroicizado por uma qualquer revolução ou campanha de guerra, era «uma espécie de pai benigno que, levando o seu menino a passeio, se mostra

17. Rattazzi, 1997 [1879], p. 471.

complacente até ao ponto de, quando ele se deita no chão, pedir um vintém emprestado a um vizinho, indo a uma loja comprar dois bolos para conseguir que o pequeno se levante». E por tamanho desvelo em relação a Portugal, que Fontes afinal conduzia pela mão, e através dos créditos estrangeiros com que derramava o progresso para o maior número, Guilherme de Azevedo não hesitava em concluir: «O Sr. Fontes tem sido ministro e presidente do Conselho muitas vezes e continuará a sê-lo ainda por largos anos. É chefe do partido regenerador e, ao mesmo tempo que é chefe, é ele próprio o programa [...] Em lugar de estar obrigado a uma lista de preceitos exarada em meia folha de papel almaço, está unicamente obrigado ao cumprimento da sua vontade, o que lhe deixa muito maior liberdade de ação.»¹⁸

Pela negativa, através da corrosão de uma sátira ou de uma caricatura, ou pela positiva, pelas vozes dos muitos que eram ou se foram fazendo fontistas, não restam dúvidas acerca da centralidade da figura de Fontes Pereira de Melo no constitucionalismo monárquico da segunda metade do século XIX. Pouco amigo de revoluções, de radicalismos, de exclusivismos, de instabilidade, de anarquia ou de caos; realista, moderado e conciliador; adepto de um progressismo gradual, inclusivo e cosmopolita, Fontes foi um dos mais perfeitos exemplos do liberalismo clássico à moda de oitocentos. Paralelamente ao fomento económico e ao bem-estar social para o maior número, preocupou-o também sempre a consolidação do regime liberal-constitucional da Carta, com regras de ação

18. Texto de Guilherme de Azevedo (sob o pseudónimo «João Rialto»), março de 1880, *Álbum das Glórias*, Estampa n.º 2 (verso), in *Fontes Pereira de Melo nas caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro*, p. 56.

política claras, estabilizadas, aceites por todos, ancorando e refletindo o livre jogo da opinião pública, espelhada pela imprensa livre. Como resume Borges de Macedo, «ao longo da vida de Fontes Pereira de Melo, ele aparece-nos, sobretudo, como o indefetível construtor da ordem constitucional, defensor inalterável do princípio de que as instituições só podem ser defendidas se forem respeitadas, adquirindo assim o direito de se corrigirem» – e nisso, ou por isso, ele «prefigurou o estadista de finalidade clara e pública, acessível a todos, que governa e cria opinião»¹⁹. Nos mais diversos aspetos, o fontismo foi a monarquia liberal, tal como ela pôde existir no quadro da sociedade portuguesa de então²⁰.

O liberalismo fontista encarnou, como nenhuma interpretação ou discurso coevos conseguiram, a ideia de «progresso», não apenas como «um referencial orientador de opções políticas», mas, acima ou para lá disso, como um ideal de civilização, uma «matriz cultural» genérica que moldava «maneiras de pensar e de entender a evolução das sociedades»²¹. É corrente e correta a identificação deste ideário com os anos da governação de Fontes Pereira de Melo, muito em particular com a chamada 2.^a Regeneração (1871-1890). Porém, e em rigor,

19. Macedo, 1990, pp. 12 e 39.

20. Mónica, 2009, p. 213. Como conclui a autora, fechando o seu livro, «na versão liberal, a monarquia desapareceu com Fontes. De facto, fez falta» (*ibidem*). Outras apreciações não variam muito: Fontes foi «o grande nome do liberalismo português», «figura cimeira da política portuguesa» sobretudo nas décadas de 1870 e de 1880 (Telo, 1994, p. 12, e Homem, 1994, p. 70).

21. Justino, 2016, p. 19. Na interpretação, mais antiga, de Joel Serrão, o «fontismo» fora tão só «o momento mais alto da conceção e efetivação da crença burguesa no progresso» (Serrão, 1984, p. 247). Sobre o fontismo como «mito do progresso», sobretudo levado a cabo pela «política dos melhoramentos materiais» pós-1851, v. também Pedreira, 1985, p. 264.

o fontismo terá sido menos uma invenção pura do homem que deu nome ao «ismo» do que o aprofundamento, a sistematização e a personalização de um caldo de ideias que fez o ar do tempo, tanto em Portugal como lá fora, com arranque nos anos de 1840 e apogeu nas décadas seguintes, gravitando em torno da bandeira, ao início difusa, mas sempre esforçada, de um progresso material que, elevando o bem-estar da comunidade, constituísse uma alavanca de futuro e um antídoto para o decadentismo cíclico, e para os muitos bloqueios e atrasos que nunca deixaram de ensombrar a evolução coletiva do país e dos portugueses²².

Como se verá nas páginas seguintes, o fontismo foi como que o nome português do liberalismo oitocentista²³: um liberalismo que uma visão positiva tem de reconhecer ter sido inovador e empreendedor, mesmo que uma visão negativa contraponha que ele foi apenas o liberalismo possível e incompleto, liderado por um Estado, por governos e por uma política a que faltaram mais meios, e perante uma sociedade que seguiu sendo largamente iletrada e rural, por isso mesmo incapaz de revelar o dinamismo, a independência e a energia necessárias para o êxito completo da missão modernizadora que sempre moveu Fontes e os fontistas²⁴. É sem dúvida verdade, e os números demonstram-no, que o ciclo fontista, preenchendo as quatro décadas (1851-1890) decorridas desde o princípio da

22. Justino, 2016, p. 24.

23. No enunciado de António José Telo, «regeneração e fontismo são os nomes portugueses da revolução verde, a primeira fase da revolução industrial», sinónimo, na segunda metade do século XIX, de «um amplo e lento movimento de mudança da estrutura social e económica, sempre com um papel fundamental do Estado» (Telo, 1994, p. 11).

24. Mónica, 2009, p. 208.

Regeneração até ao abalo do ultimato, constituiu o primeiro de três grandes ciclos de crescimento nacional, antecedendo o segundo salazarismo/marcelismo (entre a década de 1950 e o início da década de 1970) e a euforia europeísta (nas décadas de 1980 e 1990)²⁵. Sucede que os números não são tudo e, como protestaram os críticos, o desenvolvimentismo fontista foi lacunar, foi frágil, foi elitista, foi insuficiente (ou tudo isto junto) para tirar o país do atraso, para derramar equitativamente o progresso, para consolidar, nas almas e não somente nas coisas, melhoramentos morais produtores de uma verdadeira democracia e de uma verdadeira renovação sócio mental dos portugueses. E por tudo isso veio a impender até hoje sobre Fontes Pereira de Melo um paradoxo que precisa de ser compreendido: as razões que o tornavam exemplar aos olhos de muitos foram, em grande parte, exatamente as mesmas que o tornaram antipático aos olhos de muitos outros, transformando-o numa das figuras mais polémicas do seu tempo e mais interessantes para a consideração posterior.

25. V. Ramos, 2001, p. 35.

2.

A obra do fontismo

António Maria de Fontes Pereira de Melo nasceu em Lisboa, a 8 de setembro de 1819, filho de um militar, João Fontes Pereira de Melo, que foi por duas vezes governador-geral de Cabo Verde, em 1839-1842 e em 1847-1851, tendo também ocupado o lugar de ministro da Marinha e Ultramar por breves meses, de agosto a dezembro de 1847²⁶. Da mãe, D. Jacinta Venância Rosa da Cunha Matos, não herdou nenhum apelido. Foi o quarto de seis irmãos. Formou-se em Matemática na Academia de Marinha, tendo depois cursado na Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (futura Escola do Exército) e também na Escola Politécnica, onde recebeu formação em engenharia e mecânica. Distinguiu-se muito cedo, em 1833, ainda antes de completar 14 anos, entre os jovens guarda-marinha comandados por Charles Napier na batalha do Cabo de São Vicente, e como voluntário na defesa de Lisboa, reconquistada pelo duque da Terceira a 24 de julho daquele ano, contra os ataques miguelistas do marechal Bourmont, já no final da guerra civil.

26. Para uma curta biografia, cronológica e factual, de Fontes Pereira de Melo v. Homem, 1994, pp. 68-72, ou Mónica, 2005, pp. 827-831. Para biografias de sabor oitocentista, v. Coelho, 1877, ou Carvalho, 1887.

No início da década de 1840 acompanhou o pai a Cabo Verde, como tenente de engenharia e ajudante de campo, tendo ali casado com D. Maria Josefa de Sousa Machado, filha de um rico negociante local. O matrimónio foi marcado pela tragédia: não só a sua única filha, Teresa Delfina, morreu ainda criança, como o próprio Fontes enviuvou pouco tempo depois de ter regressado à metrópole, em 1842. Encontrou então, durante os anos do cabralismo, colocação na Comissão de Estudos Geodésicos, presidida por Filipe Folque. Em dezembro de 1846, notabilizou-se no reconhecimento técnico do campo da batalha de Torres Vedras, travada no quadro da guerra civil da Patuleia, uma operação que levou Saldanha, líder do governo, a reparar nele e a nunca mais o perder de vista. Em dezembro de 1847, o marechal duque patrocinou-lhe a estreia política, elegendo-o deputado pelo círculo de Cabo Verde. Em janeiro de 1849, no seu primeiro grande discurso parlamentar, Fontes apresentou-se como um «progressista», embora diferente daquela estirpe de progressistas revolucionários que até à data tinha dominado a política portuguesa: por ele, apenas desejava «a liberdade sem anarquia e a ordem sem despotismo», militando, nessa condição, «num partido muito grande», «o maior que existe no país»²⁷. Pela vida fora, nunca deixaria de sustentar este credo.

Tinha então 29 anos. Pertencia a uma geração nova, que estava a despontar para a vida pública no ocaso do cabralismo, afirmando-se já pós-revolucionária. Enquanto os mais velhos (como Saldanha ou Cabral), representavam os que tinham vivido a transição do antigo regime para o liberalismo e que tinham chegado à maturidade passando pelo exílio,

27. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15 de janeiro de 1849, p. 46.

pela guerra civil e pelos confrontos ideológicos do «reinado da frase e do tiro» (como Oliveira Martins designaria o período de 1834-1851²⁸), os mais novos forjaram-se num ambiente em que se começavam a popularizar os debates e as agendas da economia política, do progresso tecnológico e dos melhoramentos do conhecimento e da ciência aplicáveis às sociedades²⁹. Naquele mesmo discurso de 1849, declarou-se convencido «de que a Política do nosso país é a organização», porque «a política que querem todos os partidos, a que querem os homens de boa-fé, que partilham diversas opiniões políticas, é a organização da Fazenda, e a organização administrativa, enfim, a organização do país»³⁰.

A hora de Fontes Pereira de Melo chegou a partir do momento – na primavera de 1851 – em que Saldanha derrubou o governo do conde de Tomar, Costa Cabral, inaugurando a Regeneração e, com ela, um novo tempo e modo de fazer política e de conceber o progresso³¹. No final da década de 1880, quando o fontismo já se consolidara como o grande «ismo» económico e político do século XIX português, Jeremias Henriques dos Reis haveria de recordar essa transição como o início de uma história feliz: «A gloriosa evolução de 1851 que tomou o título de Regeneração», escreveu ele, «além dos relevantes serviços que prestou ao progresso e desenvolvimento moral e material do país, trouxe às lutas partidárias um princípio novo,

28. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 121.

29. Justino, 2016, p. 449.

30. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15 de janeiro de 1849, p. 48.

31. Nesse sentido, se «a regeneração foi a resposta portuguesa ao meio século anterior de divisão e guerras», o fontismo «represent[ou] politicamente a consolidação do novo espírito, um modelo estável e adaptado às prioridades de 1850» (Telo, 1994, p. 30).

santo e generoso – a tolerância. Depois das lutas sangrentas da conquista da liberdade [...] era mister acalmar as paixões, conciliar os extremos, chamar todos os leais portugueses a um acordo que fizesse aproveitar as forças vivas da nação, esterilizadas em lutas fratricidas»³². Apesar de mais lacónico, porque sempre menos entusiasta em relação aos novos tempos regeneradores, também Oliveira Martins reconhecia o corte histórico de 1851, interpretando-o, igualmente na década de 1880, como a «liquidação do passado» e a «iniciação das gerações novas» pelo «fomento»³³.

A chegada da Regeneração foi o cenário sobre o qual o fontismo viria a despontar, primeiro, e a consolidar-se, depois. A partir de 1851, esgotado por décadas de revoluções, luta armada, radicalismos ideológicos e muita instabilidade, o país voltou as costas ao passado e quis procurar, em ambiente de maior tolerância, conciliação e maleabilidade políticas a prosperidade socioeconómica que até aí se revelara impossível obter³⁴. Esvaziando a discussão em torno dos fundamentos ideológicos do regime, as energias podiam ser canalizadas para derramar o fomento, numa espécie de política *sem* política – ou de política centrada em critérios de administração suprapartidária – que trataria de inserir o país no capitalismo internacional, reproduzindo por cá os seus adereços mais simbólicos: o comboio, sobretudo, mas também as estradas, os portos, as pontes, os telégrafos, as empresas fabris, as sociedades financeiras, em suma, um padrão de vida material que ajudaria a cimentar a classe média como esteio do

32. Reis, 1888, p. 5.

33. Martins, 1986 [1881], Vol. II, pp. 232-233 e 275.

34. V. Sardica, 2013, pp. 157-159 e 164-170.

constitucionalismo. A consequência desta viragem foi o surgimento de um novo vocabulário, que passou a ocupar os editoriais da imprensa de referência – «ordem», «realismo», «pacto», «evolução», «reforma», «paz», «progresso», «prosperidade», em vez de «radicalismo», «utopia», «demagogia» ou «revolução».

Nada disto era original, nem teria triunfado em Portugal sem o contexto da Europa do tempo. Os meados do século foram, em todo o velho mundo, o momento da transição da «era das revoluções» para a «era do capital». Por todo o lado os políticos queriam trocar a retórica pelas obras e a guerrilha partidária pela prosperidade burguesa, como que transmutando o liberalismo numa espécie de «regime fusionista»³⁵, de partilha e alternância ritmada e desejavelmente pacífica ao centro. Era essa a essência do *mid-Victorian period* inglês, iniciado em 1851 com a grande exposição universal do *Crystal Palace*, em Londres; do «saint-simonismo» que servia de bandeira ao II Império francês (e que serviria o futuro fomento estatista da Prússia bismarckiana); do «conúbio» organizado pelo conde de Cavour no Piemonte-Sardenha; ou do governo tecnocrata e civilista de Juan Bravo Murillo em Espanha. A todo o lado parecia ter chegado a ideia de que o espírito da Revolução Francesa tinha alcançado finalmente o seu termo; do que se tratava, doravante, era de reforçar o legado que dela resultara, reorganizando as sociedades e os Estados através de reformas que não abalasses a ordem e que permitissem o progresso.

A retórica geral da Regeneração exigiu e materializou, num curto espaço de tempo inicial (1851-1852) um conjunto importante de transformações. Desde logo, uma extensa renovação

35. Valente, 2009, pp. 44-45.

do pessoal político, fazendo chegar às cadeiras do parlamento e do governo caras novas, pouco comprometidas com as lutas da primeira metade do século. Depois, uma «civilização» do regime (que Saldanha levou a cabo), pacificando o exército e arredando-o da tentação golpista de intervenção na arena dos partidos e da política. Crucial foi também a aprovação do Ato Adicional à Carta Constitucional, que conciliou, ao centro, o cartismo e o setembrismo mais moderados, permitindo liquidar o desacordo constitucional que tanto minara a convivência dos «partidos» até aí. Finalmente, restava o saneamento da situação financeira, quarto e último dispositivo essencial para viabilizar o progresso regenerador. Foi por este pequeno-grande pedestal que Fontes Pereira de Melo começou a erguer a sua relevância e indispensabilidade futuras³⁶.

Fontes entrou para o governo de Saldanha no início de julho de 1851, quando o marechal duque dele removeu alguns elementos ainda demasiado esquerdistas, entregando-se nos braços do influente Rodrigo da Fonseca Magalhães. Ocupando a pasta do Reino, Rodrigo, um *maçon* que integrava a mesma loja onde Fontes se iniciara, não teve dificuldade em convencer o presidente do executivo a empregar também aquele jovem promissor – que Saldanha, de resto, já conhecia e admirava desde 1846³⁷. Fontes ocupou então a pasta da Marinha e Ultramar, onde lançou logo importantes melhoramentos e reformas, como a recriação do Conselho Ultramarino (que fora extinto em 1833) para a reorganização administrativa das colónias portuguesas. No final de agosto de 1851 passou a acumular a pasta da Marinha e Ultramar com a da Fazenda,

36. Sardica, 2001, pp. 94-106.

37. Coelho, 1877, p. 28, e Mónica, 2005, p. 828.

a que se dedicou em exclusividade a partir de março de 1852. Em agosto deste ano, quando o governo criou de raiz um novo ministério – muito filho do seu tempo – das Obras Públicas, Comércio e Indústria, a sua tutela foi igualmente entregue a Fontes, evidenciando a ligação clara que passava a existir entre as disponibilidades financeiras do país e as suas grandes aplicações produtivas³⁸.

Foi nas cifras da fazenda que a Regeneração (também) inaugurou uma nova era em Portugal. Renegando o velho princípio, muito oneroso para um erário público cronicamente depauperado, da *amortização* da dívida, Fontes optou por realizar uma enorme operação de *capitalização* e de *conversão* da mesma – pelos célebres decretos-lei de 3 de dezembro de 1851 e de 18 de dezembro de 1852³⁹ – consolidando o seu montante pagável, escalonando os encargos para o Estado e, mais importante, abrindo vias de diálogo e de cooperação com os credores estrangeiros, com os quais negociaria depois, em 1855-1856⁴⁰, a reabertura dos empréstimos externos a Portugal,

38. Nas palavras de Joel Serrão, o Ministério das Obras Públicas constituiu-se de imediato como «núcleo primacial donde irradiará a política dos melhoramentos materiais que viria a ser designada por fontismo» (Serrão, 1984, p. 246). Sobre a importância e a novidade da criação do MOP, v. também Macedo, 1990, pp. 9-11 e 18-19.

39. Como o decreto-lei de dezembro de 1851 foi chumbado pelo parlamento, facto que muito contribuiu para a dissolução das Cortes em julho de 1852, Fontes Pereira de Melo refez a medida um ano volvido e o novo parlamento, entretanto eleito, com uma maioria regeneradora mais sólida, aprovou-a, integrada num largo pacote legislativo, em abril de 1853 (v. Sardica, 2001, pp. 154-156 e 173-176). Pela capitalização e conversão da dívida pública Fontes aumentou o seu valor absoluto de c. 83 mil contos para c. 90 mil contos, mas diminuiu os encargos imediatos para o Estado em perto de 1/3, de c. 3 800 contos para menos de 2 600 contos (Telo, 1994, p. 15).

40. Sobre a missão financeira de Fontes Pereira de Melo a Londres e Paris, e para os encargos fiscais daí resultantes, que suscitaram intensa polémica parlamentar, v. Sardica, 2001, pp. 187-190.

garantindo um primeiro crédito de 13 500 contos. Inaugurando uma imagem de poder e de estabilidade, honrando atempadamente os seus compromissos e tranquilizando, assim, tanto os dependentes a quem o Estado pagava como os credores que poderiam emprestar, Fontes transformou o governo numa «pessoa de bem»⁴¹. E isso permitiu traçar, desde muito cedo, o modelo financeiro e desenvolvimentista que vigorou até à crise do início dos anos 1890. O essencial do modelo – na verdade, o seu círculo virtuoso – era claro: os empréstimos destinavam-se a inundar o país de vias-férreas e outras obras públicas modernizadoras, o que supunha, para a sua obtenção, acordos frequentes com os credores da dívida; mas os encargos desta nada teriam de alarmante, na medida em que a decorrente criação de riqueza e o natural aumento dos impostos viriam cobri-los. No entusiasmo fundador de 1851, perante uma Europa que dispunha de capitais abundantes e baratos para investir, e acreditando-se na capacidade estatal para chamar e agregar a si o capital privado disponível para a obra do fomento, ninguém punha a hipótese de estar a hipotecar o futuro para garantir o presente⁴².

É verdade que quando o sistema fontista entrou em derrocada, na viragem para a década de 1890, veio a verificar-se que a política de endividamento externo não garantira a equiparação de Portugal às nações europeias mais desenvolvidas. Mas também é justo reconhecer que, apesar dos sobressaltos pontuais, o modelo fontista foi de facto a mola de um real desenvolvimento infraestrutural e económico do país durante a segunda metade do século XIX e, portanto, de uma palpável

41. Telo, 1994, p. 14.

42. Mata, 1988, pp. 415-416.

inserção de Portugal nos circuitos e nos padrões da economia internacional. Em fevereiro de 1853, na apresentação do orçamento geral do Estado, Fontes Pereira de Melo falava pelos novos tempos quando dizia, como que exprimindo um keynesianismo (muito) *avant-la-lettre*: «A organização da fazenda não consiste no equilíbrio entre a receita e a despesa do Estado. A organização da fazenda são as estradas, são os caminhos-de-ferro, é o desenvolvimento do comércio e das indústrias, é o melhoramento das colónias e são as reformas em tantos ramos da administração pública que todos se ligam entre si e devem concorrer para a prosperidade do país»⁴³.

No plano material, a prosperidade chegou sem dúvida a Portugal a partir desses anos iniciais da segunda metade de Oitocentos, ou seja, no primeiro fontismo que floresceu no interior do governo saldanhista de 1851-1856. O primeiro troço de via-férrea, de Lisboa ao Carregado, foi adjudicado em 1853 e inaugurado em outubro de 1856. Dali a poucos anos, em 1861, concluíram-se as linhas Barreiro-Vendas Novas e Pinhal Novo-Setúbal, a que se seguiu a de Vendas Novas-Évora, em 1863. Em 1864, ficou terminada a ligação ferroviária de Lisboa à margem sul do rio Douro (Gaia), e também as que uniam Casa Branca a Beja e o Carregado a Elvas, antecedendo, em dois anos, o fecho da ligação da ferrovia lusa à rede espanhola (via Badajoz) e, através desta, à Europa. As duas principais cidades do país ficaram unidas pelo comboio a partir de novembro de 1877, com a inauguração da ponte D. Maria Pia sobre o Douro, um colossal projeto de engenharia, com o maior arco de ferro da Europa, encomendado pelo governo fontista à firma de Gustave Eiffel, em Paris. O último governo de Fontes fixou ainda

43. Lobo, 1871, p. 39, e Mata, 1988, pp. 414-415.

o traçado (quase) final da linha da Beira Alta e da linha do Minho até Valença (em 1882) e até à Galiza (em 1886). Já o troço Douro-Barca de Alva foi inaugurado em 1887, o ano da morte de Fontes⁴⁴. O total de quilómetros de vias-férreas em exploração subiu assim dos 36 km iniciais em 1856 para 1 177, em 1880, e 2 083, em 1890; quando a República chegou, em 1910, era de 2 898⁴⁵. Significa isto que mais de 70% da rede ferroviária com que Portugal entrou no século xx republicano fora projetado ou construído por governos integrados ou liderados por Fontes Pereira de Melo; e ainda hoje, mais de um século volvido, o mapa geral da ferrovia portuguesa é muito sobreponível ao que ficou feito no século xix. A rede de estradas macadamizadas, timidamente começada pelas companhias cabralistas, passou de uns meros 200 km para cerca de 6 500 km entre o início da década de 1850 e o final da década de 1880⁴⁶, o que ajudou a sulcar o país de pontes, construídas em pedra ou ferro, que desafiaram a passagem dos anos⁴⁷. O Estado organizou também os correios (introduzindo o selo postal, logo em 1853, e uma melhor rede de distribuição de correspondência) e estabeleceu as primeiras linhas telegráficas, que chegaram

44. Mata, 1988, pp. 417-419. Sobre a política ferroviária do fontismo, sobretudo dos seus modelos de financiamento (estatal ou privado, com concessões de construção/exploração), v. Alegria, 1988.

45. Alegria, 1988, p. 44. Comparativamente, e para as datas de 1856, 1880 e 1890, o total de quilómetros ferroviários em Espanha progrediu de 489 para 7 086 e 9 083, e na Grã-Bretanha de 12 318 para 25 060 e 27 827 (*ibidem*).

46. Ramos, 2009, p. 524.

47. Uma dessas construções foi a ponte que unia as duas margens do rio Douro defronte de Castelo de Paiva, construída entre 1884 e 1886, durante o último governo de Fontes Pereira de Melo, no qual Hintze Ribeiro foi ministro da Fazenda e das Obras Públicas. Depois de mais de um século de serviço, a «Ponte Hintze Ribeiro» tornou-se tristemente célebre em março de 2001, pela derrocada que a destruiu, provocando a chamada tragédia de Entre-os-Rios.

aos 6 000 km de extensão por volta de 1890, os primeiros cabos submarinos, para ligação do país à Grã-Bretanha ou ao Brasil, e até as primeiras linhas telefónicas, inauguradas em Lisboa, sob o governo de Fontes, em 1882⁴⁸.

O ministro Fontes, militar e engenheiro, tecnocrata e empreendedor, positivo e confiante, tornou-se depressa uma estrela, exibindo uma retórica, que a imprensa reproduzia e que alguns satirizavam, de apóstolo dedicado do progresso e de entusiasta da circulação e da *folie ferroviaire*. No parlamento, em abril de 1856, em plena discussão dos contratos financeiros que acabara de assinar em Londres com grandes empresas creditícias, declarou-se «fanático pelas vias de comunicação» e confessou mesmo que «se fosse possível passar uma lei para que a nação portuguesa viajasse por meses, estávamos salvos»⁴⁹. Nunca mais deixaria de pensar e de defender o mesmo. Em janeiro de 1865, numa altura em que estava na oposição ao governo histórico do duque de Loulé, haveria de afirmar: «não ando todos os dias em caminho-de-ferro porque não posso; porque as minhas ocupações públicas mo impedem; aliás, era *touriste* dos nossos caminhos-de-ferro. Isto compreende-se da minha parte porque propugnei por estas ideias; padeci muito por elas.» E acrescentou então,

48. Ramos, 2009, p. 524, e Mónica, 2009, p. 199. Em 1879, a princesa Rattazzi deixou escrito: «Portugal poderia estar muito mais adiantado; todavia é preciso convir que a partir de 1852 [a criação do MOP] é considerável a distância percorrida, o que significa um verdadeiro triunfo, especialmente para o Sr. Fontes [...] cumpre não esquecer que há pouco menos de trinta anos Portugal não possuía um caminho-de-ferro nem uma diligência, que as estradas reais eram de tal ordem que os viajantes recuavam aterrados, receando despenhar-se em precipícios medonhos, e que os atalhos só eram acessíveis aos animais. O país poderia ter feito mais, mas o que fez é muito» (Rattazi, 1997 [1879], pp. 400-401).

49. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 288.

em tom teatral: «Acima do cavalo da diligência está o trâmuei, acima deste a locomotiva, e acima de tudo o progresso.»⁵⁰

É importante realçar, para não se tomar a parte pelo todo e a caricatura do fontismo como uma mera obstinação ferroviária, que a política dos melhoramentos materiais e do fomento via na melhoria da circulação um meio para outros fins, todos tendentes a fazer progredir o país, arrancando-o à sua inércia e miséria ancestrais. Com melhores comunicações, o mercado nacional sofreu um processo benéfico de integração, o comércio animou-se e as exportações subiram, de 8 500 contos em 1842-43 para 15 600 contos em 1854-56, 18 900 contos em 1865-67, e 29 600 contos no início da década de 1880⁵¹ – mesmo que as importações, num país carecido de tantos produtos estrangeiros, tenham sido sempre em valor superior, com o consequente impacto negativo na balança comercial. E ainda que a estrutura económica nacional tenha permanecido essencialmente agrária – e, por isso mesmo, atrasada em relação à média europeia – a Regeneração e o fontismo foram o tempo do arranque, mesmo que lento, da industrialização fabril. A partir de cerca de 1870, a taxa de crescimento industrial registou valores entre 2,5% e 2,8% ao ano, mostrando que a expansão do setor secundário foi «relativamente vigorosa e prolongada» e que estava até a crescer a um ritmo mais rápido

50. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 289. Nos termos da princesa Rattazzi, «a iniciativa da construção dos caminhos-de-ferro em Portugal é uma das maiores glórias do ministério de Fontes, a quem o país deve esse poderoso elemento de progresso e civilização» (Rattazzi, 1997 [1879], p. 469).

51. Ramos, 2009, pp. 524-525, e Telo, 1994, p. 25. Sobre a formação do «espaço económico nacional», ou seja, sobre o processo de crescente integração do mercado interno, v. Justino, 1989, sobretudo Vol. II, pp. 227 e ss.

do que o da agricultura⁵². Se o setor primário continuou a ser dominante na estrutura económica nacional, também aqui aconteceram profundas alterações, como o arroteamento de novas terras, a especialização de colheitas, melhorias de produtividade ou o aumento da procura externa por determinados produtos (o vinho, a cortiça, a seda e os frutos)⁵³. O crédito e o investimento externos estimularam estes dois setores, mitigando um pouco o domínio do protecionismo sobre eventuais opções livre-cambistas. As importações de bens alimentares ou de produtos intermédios para a indústria cresceram, o que se repercutiu positivamente numa maior prosperidade do mercado nacional e numa modernização geral da economia portuguesa⁵⁴. Alguns macro números são reveladores de todo este progresso: o peso da atividade industrial na composição do PIB subiu de apenas 13,1% em 1850 para uns mais robustos 21,7% em 1890, materializando um crescimento de 65,6% em quatro décadas. Já o PIB total do país aumentou 46,9% no mesmo período, de 9 340 contos no início da Regeneração para 13 727 contos no ano do ultimato⁵⁵.

52. Reis, 1993, p. 164. Comparando épocas, enquanto o inquérito industrial de 1852 apontava para a existência de apenas 362 pequenas fábricas e manufaturas com mais de 10 trabalhadores, empregando uma população total de 16 mil operários, o inquérito industrial de 1881 recenseava já uma população industrial de c. de 91 mil operários (Telo, 1994, p. 26).

53. Telo, 1994, pp. 20-24.

54. Costa, Lains e Miranda, 2011, pp. 313-315. Nos termos de António José Telo, «uma das grandes obras de modernização do fontismo foi, sem dúvida, o fim do mercado típico de antigo regime em Portugal: uma zona litoral, onde dominam as manufaturas estrangeiras, com tímidas vias de penetração para o interior através dos grandes rios; múltiplos mercados interiores, separados entre si, com regras próprias e ligações mínimas. O fontismo cria o mercado nacional único» (Telo, 1994, p. 18).

55. Costa, Lains e Miranda, 2011, quadro a p. 316.

O fontismo assentou sempre num trinómio que somava ao progresso económico a estabilidade política e a acalmia social. Estas realidades eram interdependentes e mesmo que tenha havido momentos, entre 1850 e 1890, em que a economia deprimiu (na segunda metade da década de 1850, entre 1867 e 1871 e de novo, por causa de um momentâneo *crash* bancário, em 1876), ou em que turbulência sociopolítica reapareceu (com a agitação *meetingueira* do início dos anos 1860, com o clubismo político radical do final dessa década ou com as «campanhas democráticas» contra D. Luís, na viragem dos anos 1870 para os anos 1880), não é errado considerar que foram elas que deram o tom à segunda metade do século XIX português.

O ímpeto financeiro e ferroviário do primeiro fontismo, animando o governo saldanhista de 1851-1856, não desapareceu quando Fontes passou à oposição. Os governos de Loulé, de centro-esquerda histórico, que dominariam a política entre 1856 e 1865, não inverteram o impulso materialista aberto antes: os contratos ferroviários e os modelos creditícios e fiscais para os sustentar não saíram da ordem do dia, provando como, com o ministro Fontes ou sem ele, o modelo viera para ficar. Os executivos podiam suceder-se, com cores partidárias diferentes, mas a linha de mudança qualitativa em Portugal foi mais ou menos contínua. Como reconheceu o jornal *O Português*, apoiante do executivo do duque de Loulé, que tomou posse após a demissão de Saldanha, no verão de 1856, «o governo adotou o programa da Regeneração. Obrou com acerto, não poderia achar outro melhor. Resta que o cumpra com mais sinceridade do que os seus precursores»⁵⁶.

56. V. Sardica, 2001, p. 195. Como sintetiza Rui Ramos, a propósito dessa continuidade ideológica na transição de governo de 1856, «talvez surpreenda ver o fontismo,

Em contraste com a primeira metade do século, que foi de (difícil) construção e não ainda de consolidação do Estado e da sociedade liberais, a segunda metade de Oitocentos trouxe mais estabilidade e eficácia ao poder central, o incremento das relações deste com a periferia, a rotinização de mecanismos e processos burocráticos, a estatização dos meios de coerção legítimos, uma maior pacificação e aceitação dos resultados eleitorais, em geral uma modernização dos meios de gestão que expandiram, como nunca até aí, a capacidade global do Estado, particularmente em contraste com o confuso período anterior, de 1820 a 1851⁵⁷. Em paralelo com as materializações mais visíveis do fontismo foram assim surgindo outras, importantes para conferir ao poder central e às suas administrações maior estabilidade e racionalização burocráticas, maior raio de ação e maior controlo efetivo sobre o território e a população. Foram os casos do cadastro da propriedade (com óbvias incidências na matéria fiscal coletável), e do investimento na recolha de dados estatísticos, da introdução do sistema métrico-decimal, da reforma monetária, da reforma fiscal (com o lançamento das contribuições, ou impostos, predial e industrial), da reforma dos códigos (administrativo, comercial, penal e civil), da institucionalização de novas polícias civis (primeiro em Lisboa e Porto, depois em todas as capitais de distrito), de uma nova lei de imprensa muito liberal e de um maior

uma vez os regeneradores propriamente ditos apeados do poder, adotado pelos mais truculentos adversários de Fontes [...] Como se tratava, ao fim ao cabo, de uma receita para manter o poder, qualquer dos partidos rotativos podia seguir o fontismo sem se descaracterizar» (Ramos, 1989, pp. 131-132). Assim aconteceria muitas vezes, por parte de outros governos não regeneradores, nos anos seguintes.

57. V., sobre o tema, Almeida, 2007, Silveira, 1998, ou Justino, 1989, Vol. II, pp. 168 e ss.

investimento na escolarização dos portugueses e na oferta de ensino agrícola e industrial⁵⁸. Tudo isto aproximou o fontismo de um certo conceito de «civilização» (e de europeização), em suma, de uma busca de «modernidade» assente na liberdade, na racionalidade e no conhecimento⁵⁹. Entre os anos de 1850 e os anos de 1870 as novidades acumularam-se: fez-se a primeira grande lei referente ao serviço militar obrigatório, o primeiro censo geral da população portuguesa, reformou-se o Tribunal de Contas e criaram-se o Conselho Superior de Instrução Pública e o Supremo Tribunal Administrativo (do qual, aliás, o próprio Fontes foi presidente). Alguma desta obra teve a intervenção direta de Fontes Pereira de Melo; outra foi feita pela oposição, que copiava o programa do rival, reconhecendo que não havia outro alternativo, ou seja, que o desenvolvimento do país se transformara numa bandeira e numa inevitabilidade suprapartidárias. Poder-se-iam discutir os pormenores dos meios técnicos ou financeiros para o realizar, mas não o princípio e a dinâmica gerais em si mesmos.

A mão decidida sobre as finanças nacionais, o empreendedorismo ferroviário, o culto da tecnocracia e a procura de uma administração mais abrangente e eficaz são parte importante do sucesso de Fontes Pereira de Melo. Mas não foram as únicas razões. A personalidade do estadista e, sobretudo, a sua imensa obra política emparelham em importância

58. A rede de escolas públicas expandiu-se continuamente ao longo da segunda metade de Oitocentos, de c. de 1 200 estabelecimentos em todo o país em 1854, para um total de 3 825 em 1888 (Ramos, 2009, p. 530).

59. Justino, 2016, pp. 450-451. V., numa análise de época, a lista das muitas realizações fontistas em Rattazzi, 1997 [1879], p. 469.

com aquelas⁶⁰. O seu estilo próprio, institucional e legalista, honesto e probo, reservado, mas conciliador e afável entre amigos e adversários, levava-o a ser procurado por muitos e respeitado por quase todos. Como sublinhou, em tom elogioso, Ramalho Ortigão, Fontes impunha-se pela sua energia e determinação, com «uma estatura de soldado distinto e bem-criado»; era cortês sem ser submisso e sabia estar e falar, fosse com a família real, fosse com os corifeus da democracia. Não tinha despeitos, nem animosidades; mas detestava a «baixeza», porque era «fundamentalmente, organicamente, honesto». Por não ser bacharel de Coimbra, furtava-se a uma certa familiaridade niveladora característica da elite portuguesa provinda da Universidade, e «ninguém o tratava por tu, nem lhe batia no ombro sem-cerimónia»⁶¹. Não era um homem de revoluções, de radicalismos ou de exclusivismos. Por isso merecia uma larga confiança da alta burguesia, do alto funcionalismo, das classes médias urbanas que começavam a prosperar, até mesmo dos primeiros setores operários, de proprietários rurais ou de algum campesinato, entusiasmados, aqueles, pelo «saint-simonismo» da aurora fabril em curso, e estes pela neofisiocracia dos campos que começaram a abrir-se a algum capitalismo fundiário. Era, no fundo, um líder nato e natural, que somou, sem disso nunca se gabar, às «condições excepcionalmente favoráveis da sua entrada na vida política», o seu «profundo espírito de disciplina», a «prontidão repentista da sua inteligência», as suas «altas qualidades de carácter e de cidadão», de tudo provindo «a autoridade extraordinária

60. V., sobre o perfil de Fontes, Mónica, 2009, pp. 192-193, ou Ramos, 2009, pp. 540-541, além das muitas considerações acerca da sua personalidade feitas por Coelho, 1877, Carvalho, 1887, ou Noronha, 1925 e 1926.

61. Ortigão, 1943 [1887], pp. 183, 185 e 188.

que Fontes exerceu como chefe político, pela aptidão para o comando»⁶².

Mesmo que nunca tenha «vestido a farda», no sentido subversivo da expressão, Fontes era militar (quando morreu, em 1887, tinha a patente de general de divisão, a última de várias promoções recebidas ao longo da vida); dialogava bem com os militares e teve a sagesa e os meios para cuidar das suas condições, aprumando as forças armadas para uma relação muito mais pacífica com as esferas civis. Uma das maiores reformas do exército da segunda metade do século XIX foi feita por Fontes, em 1866, quando ocupava a pasta ministerial da Guerra (no governo da Fusão), mediante a criação do campo de manobras militares de Tancos, a realização de várias obras de melhoramento no Arsenal do Exército, em Lisboa, e a institucionalização do Montepio Militar. Uma segunda reforma chegaria no último governo fontista, em 1884, com a compra de novo armamento para o exército e uma promoção geral de patentes entre as fileiras⁶³. Tudo isto contribuiu, em contraste com o passado, não só para reforçar a autoridade do Estado, mas para a blindar contra qualquer politização e intervencionismo golpista das fileiras que, de resto, tendeu a desaparecer (exceção feita para a «Saldanhada» de 1870) até aos tempos pós-últimato, já depois da morte do estadista.

Acima de tudo, Fontes beneficiou de uma estreitíssima relação com a Coroa, a qual era, na mecânica da Carta

62. Ortigão, 1943 [1887], p. 188.

63. «Não existe nenhum ramo de serviço dependente do Ministério da Guerra que não tenha sido sensivelmente melhorado durante a administração de Fontes Pereira de Melo» (Rattazzi, 1997 [1879], p. 469). Para uma biografia militar de Fontes Pereira de Melo, v. sobretudo Costa, 1887.

Constitucional vigente, o verdadeiro poder arbitral de todos os poderes e o lugar do qual dependia a fortuna (e a influência) dos membros da elite política. É certo que a relação com D. Pedro V (entre 1855 e 1861) não foi das melhores. O jovem rei, de feitio melancólico e fatalista, não simpatizava muito com o tipo de político fontista, despachado, independente, enérgico e pouco dado a estados de espírito. Fontes tinha a modéstia estudada e exibida dos que, no fundo, se sabiam importantes: nunca procurou, nem aceitou receber, títulos de nobreza ou grandes honrarias, porque não precisava deles para cimentar a sua grandeza⁶⁴. Mas era suficientemente afirmativo para colidir com o estilo intervencionista de D. Pedro V que, por isso mesmo, lhe chamava «D. Magnífico»⁶⁵. Se D. Pedro V tivesse durado, talvez a fama fontista não tivesse atingido o nível que atingiu. Sucede que o filho primogénito de D. Maria II e de D. Fernando morreu jovem, com 24 anos, sucedendo-lhe o irmão mais novo, D. Luís. O novo rei, que ocuparia o trono até 1889, contrastava com o irmão: mais despreocupado, mais folgazão, menos interventivo, levando à letra, sempre que lhe era possível, a máxima de o «rei reina, mas não governa», viu

64. No despojamento face aos títulos nobiliárquicos, que muitos dos nomes da elite política de Oitocentos avidamente procuravam, Fontes copiou a atitude do seu grande mentor, Rodrigo da Fonseca Magalhães. Não obstante, após a sua morte, D. Luís concedeu o título de 1.ª marquesa de Fontes Pereira de Melo a uma das irmãs de Fontes, D. Maria Henriqueta, em memória dos serviços do irmão. O título passaria depois para o sobrinho de Fontes, de seu nome António Maria de Fontes Pereira de Melo Ganhado, cuja carreira pública o tio sempre supervisionou, patrocinando-lhe a eleição como deputado regenerador, a partir de 1879, e recomendando-o para um lugar de administrador na Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro.

65. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 288. Aos seus mais próximos, D. Pedro V era ainda mais corrosivo, referindo-se a Fontes como «um pavão, por vezes até inconveniente e ameaçador» (v. Cruz, 1970, p. 26).

em Fontes Pereira de Melo o tipo de político ideal para o seu tempo, transformando-o em seu «favorito» ou «valido», como, enciumada, a oposição haveria de referir⁶⁶. O fontismo *político* correu assim a par e foi tão ou mais importante do que o fontismo *económico*, tendo tido um papel central no reforço e na consolidação do regime monárquico constitucional – no fundo, na realização da plenitude (possível) do Estado e da sociedade liberais, tal como eles chegaram a existir no século XIX.

Depois das pastas ministeriais de estreia, ocupadas entre 1851 e 1856, Fontes regressou ao poder no executivo regenerador-cartista de 1859-1860, ocupando o ministério do Reino. Foi depois ministro da Fazenda e da Guerra no governo da Fusão (entre 1865 e 1868), e elevado, por D. Luís, a Conselheiro de Estado efetivo, em maio de 1866, a Par do Reino, em janeiro de 1870, e a presidente (vitalício) da Câmara dos Pares, a partir de maio de 1881, ali sucedendo ao duque de Ávila e Bolama. Deste político herdou também Fontes um outro lugar cimeiro nos grandes circuitos de influência do Estado: o de governador da poderosa Companhia do Crédito Predial português. Entre 1871 e 1890, a Regeneração atingiu o seu apogeu – e, não por acaso, foi esse o período de tempo que coincidiu com o maior ciclo de poder de Fontes, não apenas como ministro, mas já como presidente do executivo⁶⁷. A sua estreia na liderança do governo ocorreu em setembro de 1871. Ali esteve até março de 1877, num gabinete de cinco anos e meio que estabeleceu um recorde de longevidade, em regime liberal, somente

66. Nas palavras de Oliveira Martins, com o fontismo, e graças ao fontismo, «também o trono se entregou nos braços da Regeneração» (Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 320).

67. Sobre o fontismo e o rotativismo desses anos áureos das décadas de 1870 e de 1880, v. Mónica, 2009, pp. 99 e ss., e Sardica, 2016, pp. 143-152.

ultrapassado já no final do século xx⁶⁸! Depois de ter peregrinado pela Europa, explicando à imprensa estrangeira que deixara o poder por necessitar de algum descanso e que a ele tornaria em breve⁶⁹, regressou, de facto, para um segundo governo, mais curto, de cerca de um ano e meio, entre janeiro de 1878 e junho de 1879. Viria ainda uma terceira presidência, de um pouco mais de quatro anos, entre novembro de 1881 e fevereiro de 1886. No total, foi quinze vezes ministro⁷⁰, em oito governos diferentes, e governou um total de vinte anos, contínua ou intermitentemente, entre 1851 e 1886, dos quais mais de onze na presidência do ministério. Desde a revolução liberal de 1820 até Salazar tomar o poder, no início da década de 1930, nenhum outro político ocupou por tanto tempo a liderança do governo da nação até à atualidade⁷¹.

68. O recorde foi ultrapassado em maio de 1991, quando o consulado governamental de Cavaco Silva, iniciado em novembro de 1985, chegou aos mesmos cinco anos e meio do governo de Fontes Pereira de Melo.

69. O jornalista espanhol do periódico *Época* a quem Fontes deu uma entrevista, em outubro de 1877, traduziu estas palavras escrevendo que o executivo presidido pelo marquês de Ávila e Bolama, que sucedera aos regeneradores em março desse ano, não era senão «*el gobierno mientras vuelve el Señor Fontes*» (Mónica, 2009, p. 119, e Homem, 1994, p. 71). A historieta entrou nos anais da história política do tempo, simbolizando o à-vontade com que o estadista regenerador entrava e saía da liderança ministerial, com o alegado patrocínio do rei, a anuência e cumplicidade dos pequenos partidos que gravitavam em torno do seu (avilistas e constituintes), e a crescente impaciência dos progressistas.

70. Sem contabilizar as presidências do governo (três), Fontes foi cinco vezes ministro da Guerra, quatro vezes da Fazenda, e duas vezes (cada) do Reino, da Marinha e Ultramar e das Obras Públicas, Comércio e Indústria (v. Santos, 1986, quadros a pp. 32-153).

71. A seguir a Fontes Pereira de Melo, os mais longevos presidentes de governo da Monarquia Constitucional foram José Luciano de Castro, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro e o marechal-duque de Saldanha, cada um com um total de oito anos e alguns meses de serviço nesse lugar (v. Santos, 1986, quadros a pp. 32-153). Descontada a I República, onde o recordista, António Maria da Silva, ocupou por um

Tamanha relevância fez de Fontes um dos principais, se não mesmo o principal obreiro do rotativismo oitocentista. O Partido Regenerador, no qual militou desde os anos 1850 até à sua morte, surgiu organizado ao longo dessa década, nas mãos de Rodrigo da Fonseca Magalhães, o todo-poderoso homem de bastidores do governo de Saldanha. Quando Rodrigo morreu, em 1858, Fontes disputou oficiosamente a liderança partidária com Joaquim António de Aguiar. Ficou como n.º 2. Mas pela idade de Aguiar e, sobretudo, pelo seu próprio dinamismo, Fontes não tardou a afirmar-se como o líder regenerador *de facto*. Foi, aliás, em vista desta rápida preeminência que ele praticamente rompeu com D. Pedro V quando, na sequência da morte do duque da Terceira, em abril de 1860, o rei optou por entregar a presidência do ministério a Joaquim António de Aguiar e não a ele. Sobretudo nos anos de 1870 e de 1880 o Partido Regenerador foi, no fundo, «um eufemismo para designar António Maria de Fontes Pereira de Melo e os seus amigos»⁷², uma máquina de poder e um pilar tão importante do sistema que obrigou à reconfiguração do mesmo, empurrando o Partido Histórico e o Partido Reformista para uma fusão, em 1876, no novo Partido Progressista de centro-esquerda, destinado a rotativar com os regeneradores. Era por isso que, em 1887, Ramalho Ortigão fazia de Fontes o verdadeiro centro gravitacional de toda a vida política: «A *Regeneração* convertera-se

total de dois anos e três meses a presidência do executivo, e Salazar, que foi líder ditatorial, nenhum político da atual democracia portuguesa, pós-1974, superou ou sequer igualou, em duração, os 11 anos e um mês de presidência do governo (hoje a designação é de primeiro-ministro) alcançados por Fontes Pereira de Melo.

72. Mónica, 2009, p. 122. Na expressão da princesa Rattazzi, mais do que «chefe» do Partido Regenerador, Fontes fora o seu «ditador», no sentido de ter sempre mantido um controlo férreo sobre o partido, assim tornado uma poderosa arma política e de governo nas suas mãos (Rattazzi, 1997 [1879], p. 467).

em *fontismo*. Há anos que na política monárquica portuguesa não há de facto senão um único princípio de governo. Esse princípio era António Maria de Fontes Pereira de Melo. Aqueles que se submetiam a essa autoridade formavam um partido; os que não se lhe submetiam formavam o partido contrário. E não havia realmente mais partido nenhum além desses dois: os *fontistas* para um lado, e os *anafontistas* [sic] para o outro.»⁷³

Em muitos aspetos, a chegada da década de 1870, depois de um pequeno interlúdio de crise económica, conflitualidade social e instabilidade governativa, pareceu uma reedição dos primeiros tempos da década de 1850. O segundo fontismo reatualizava o impulso do primeiro – o progresso, as vias-férreas, o dinheiro abundante, a acalmia social e a rotina governativa. Uma generosa empreitada de melhoramentos materiais deu emprego e lucros a muita gente, multiplicou bancos e sociedades cooperativas (a importante Caixa Geral de Depósitos foi instituída em 1876, com o fito de oferecer às pequenas poupanças uma instituição de confiança), animou a cidade e os campos⁷⁴. O dinheiro, o poder e o prestígio (a ordem dos fatores é importante), permitiram a Fontes consolidar a máquina partidária regeneradora e cultivar com D. Luís a melhor das relações – o monarca reinava sem governar e o seu político favorito governava quase reinando sobre o país⁷⁵. Com

73. Ortigão, 1943 [1887], p. 176 (itálicos no original).

74. Na década de 1870, a construção de estradas empregava uns 20 mil trabalhadores e a de vias-férreas uns 14 mil trabalhadores, um total que superava o dos operários fabris (Telo, 1994, p. 18).

75. Para um retrato, bastante idílico e elogioso, da relação de Fontes Pereira de Melo com D. Luís, e da própria importância daquele político na elite dirigente do tempo, v. os estudos histórico-romanceados de Noronha, 1925 e 1926.

estabilidade internacional, com a economia próspera e com o exército satisfeito o líder regenerador pôde esvaziar a bem toda a agitação social e intelectual tão viva durante a segunda metade da década de 1860. A sua personalidade e estilo de atuação foram o segredo do seu sucesso. Fontes percebeu que a melhor maneira de combater os revolucionários e em geral todos os seus adversários políticos consistia em declarar-se progressista, retirando bandeiras à oposição e cooptando gente à esquerda, e em garantir que todos os políticos ou candidatos a político podiam jogar o jogo pacífico que as nações mais desenvolvidas exibiam nos seus parlamentos. As regras principais consistiam em não excluir ninguém, não tentar manter o poder contra tudo e todos, preferir a administração e o fomento a guerras doutrinárias e acreditar que a melhor forma de evitar um inimigo era «transformá-lo» em amigo⁷⁶. No confronto parlamentar, nunca Fontes se exaltava ou traçava linhas vermelhas intransigentes e intransponíveis. Para condicionar os progressistas, mais do que uma vez o fontismo patrocinou vozes da extrema-esquerda. Ao radical Bernardino Machado, que viria a ser presidente da República, não hesitou em dizer, certo dia, em tom distendido: «A República virá, mas tarde. Não precisamos dela, porque fazemos tudo o que ela faria»⁷⁷. Com um Partido Regenerador maleável e plástico, a que aliás nunca quis dar um programa político fechado, consciente do capital de confiança que granjeara para toda a sorte de compromissos partidários e eleitorais com amigos e adversários, e bem escudado na proteção régia, Fontes

76. Ramos, 2001, pp. 97-98, e 2009, pp. 540-541. No trato pessoal e político, dizia-se que Fontes cuidava dos amigos, e ainda mais dos adversários, como um «filho de Maquiavel» (Rattazzi, 1997 [1879], p. 472).

77. Ramos, 2009, p. 541.

tornou-se, logo depois de D. Luís, o grande árbitro do regime e das elites. Na imprensa, os publicistas regeneradores faziam o elogio do «dono da locanda», expressão com que Bordalo Pinheiro o caricaturou em 1882⁷⁸, no seu famoso jornal *O António Maria*, cujo título era, justamente, uma referência ao nome do grande político, distinção que o caricaturista não concedeu a nenhuma outra figura do tempo.

Fontes era um liberal conservador e um cuidadoso gestor do progresso, numa lógica de reformismo gradual. Nestes pressupostos, assemelhou-se a António Cánovas del Castillo, o histórico fundador e líder do Partido Liberal-Conservador espanhol. Cánovas fez no país vizinho o que Fontes fez em Portugal. Ainda antes de o sexénio revolucionário (1868-1874) chegar ao fim, já Cánovas declarava serem as revoluções métodos políticos a evitar: usados pelas «raças latinas» com demasiada frequência, degeneravam quase sempre em «sangrento anfiteatro de experiências prematuras e estéreis»⁷⁹. Isto disse-o ele no Ateneu de Madrid, em 1873. Com a Restauração monárquica em 1874 e com o início do reinado de Afonso XII, Cánovas ascendeu à presidência do executivo e ali se manteve até 1881 (voltaria depois em 1884 e governaria intermitentemente até

78. V. a caricatura de Fontes, com a legenda «Quem tudo rege, ordena e manda é o dono da locanda», n' *O António Maria*, 6 de julho de 1882, p. 220. Numa outra caricatura de tema semelhante, a saber, a da omnipresença de Fontes no quotidiano da política e das instituições monárquicas, o líder regenerador é retratado como «O homem dos sete instrumentos». Eis a explicação de Bordalo Pinheiro: «ele toca a presidência da Câmara dos Pares com os queixos; toca a presidência do Supremo Tribunal Administrativo com a cabeça; toca o generalato da engenharia com os punhos; toca a governação do Crédito Hipotecário com a testa; e toca o poder oculto com o nariz» (*O António Maria*, 23 de junho de 1881, p. 193). V. *Fontes Pereira de Melo nas caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro*, pp. 272 e 165.

79. Fuentes e Fernández Sebastián, 2002, p. 636.

1897), cultivando um estilo que permite considerá-lo o Fontes Pereira de Melo espanhol⁸⁰ – um estilo todo destinado a promover, na diversidade partidária da Restauração espanhola, «*la aceptación del adversario*»⁸¹, ao mesmo tempo que não descurava o melhoramento material do seu país.

A aceitação do adversário, a bem do reforço do sistema e regime vigentes, significava, no fontismo, a negociação com o mesmo, a sua cooptação ou o seu esvaziamento, tomando-lhe programas ou bandeiras. Fontes era suficientemente pragmático, realista e maleável – numa palavra, «oportunista» – para conseguir tudo isto. Mesmo quando parecia transigir, as cedências eram calculadas para ganho político seu e do seu Partido Regenerador. Entre o final da década de 1850, quando foi pela primeira vez ministro do Reino (a pasta política por excelência na orgânica governamental do tempo), e os meados dos anos de 1880, quando ocupou a sua terceira e última presidência, foi Fontes Pereira de Melo quem fez aprovar as quatro leis ou reformas, eleitorais ou constitucionais, mais marcantes da segunda metade do século (descontado o Ato Adicional à Carta, em 1852, e o pacote legislativo do governo de Hintze Ribeiro-João Franco, já na década de 1890).

O primeiro desses diplomas estruturantes foi a reforma eleitoral de 1859, que substituiu os círculos plurinominais pelos círculos uninominais, destinada, segundo os teóricos, a criar círculos mais pequenos, que reforçassem a aproximação

80. Alargando a comparação internacional, o Fontes Pereira de Melo britânico terá sido o célebre Benjamin Disraeli, líder do Partido Conservador (*Tory*) e por duas vezes primeiro-ministro de governos da rainha Vitória, nas décadas de 1860 e 1870.

81. V. Dardé Morales, 2003.

do eleitor ao seu deputado, de maneira a garantir uma representação parlamentar mais fiel ao país real que a elegera⁸². Seguiu-se, em 1878, uma outra reforma da lei eleitoral, desta vez incidindo sobre os limites do sufrágio. Procurando fazer sua uma bandeira de democratização a que o Partido Progressista não poderia opor-se sem contradizer os seus ideais, o governo fontista alargou o direito de voto a todos os cidadãos maiores de idade que soubessem ler e escrever e mesmo aos analfabetos que provassem ser chefes de família. O eleitorado português quase duplicou, subindo de cerca de 480 mil eleitores para cerca de 825 mil (70% dos homens adultos)⁸³. Era «o sufrágio universal com outro nome», como escreveu a imprensa⁸⁴, concretizando «uma revolução mansa e pacífica, feita com o aplauso de todos os partidos militantes»⁸⁵.

As duas outras leis chegaram na década de 1880, e foram ambas resultado da intenção de Fontes em consolidar a mecânica do rotativismo, integrando o Partido Progressista no sistema constitucional. Em 1884, foi aprovada a reforma eleitoral que reintroduzia os círculos plurinominais (desaparecidos em 1859) e que garantia a eleição segura de deputados da minoria, através do mecanismo da representação proporcional. O primeiro dispositivo reforçava o poder dos líderes partidários sobre as eleições, reduzindo a margem de ação local dos

82. Almeida, 1991, pp. 48 e 54-55.

83. Mónica, 2009, pp. 133-134.

84. Almeida, 1991, p. 37.

85. Soares, 1883, p. 542. Em 1878 foi também aprovado o novo Código Administrativo, com um sentido descentralizador, pensado por Fontes para chamar e interessar os poderes locais e, através deles, o povo das províncias à vida pública (Macedo, 1990, p. 35).

caciques, demasiado exigentes e muitas vezes rebeldes, o que redundava num reforço dos partidos do arco da governação (Regenerador e Progressista). O segundo dispositivo destinava-se a esvaziar as eleições de luta, favorecendo a lógica dos acordos pré-eleitorais: governo e oposição negociavam e garantiam de forma pacífica que «x» deputados saíam eleitos pela maioria e que «y» deputados saíam eleitos pela oposição. A certeza de que não seria aniquilada e varrida de São Bento levava a oposição a entrar no jogo e a disciplinar as suas bases⁸⁶. Com a política assim blindada na forma de um acordo de cavalheiros entre os maiores dos dois grandes partidos da monarquia, a dinâmica do rotativismo ajudava a cooptar ou a neutralizar os grupos existentes ou que fossem engrossando nas margens: avilistas e constituintes, à direita, socialistas, e até republicanos, à esquerda. Em 1885, foi aprovado um novo (o II) Ato Adicional à Carta Constitucional. A principal alteração dizia respeito à estrutura da Câmara dos Pares: em vez da sua composição hereditária e vitalícia, sem limite de membros – que era o figurino desde 1826 – passou-se a uma câmara mista, com um limite máximo de cem pares vitalícios de nomeação régia, a que se somavam cinquenta pares eleitos. Além de democratizar a câmara alta, indo ao encontro de uma reivindicação recorrente da esquerda, Fontes conseguia, pela eleição de parte do pariató, uma maior docilidade da Câmara dos Pares, que via a sua independência reduzida e, portanto, a sua capacidade de bloquear governos (como muitas vezes acontecia), diminuída⁸⁷. Todas estas reformas, e sobretudo as duas

86. Almeida, 1991, pp. 60-61, e Mónica, 2009, pp. 156-157.

87. Mónica, 2009, pp. 179-180.

últimas (feitas em sequência próxima), foram dando ao regime monárquico a plasticidade necessária para uma evolução na continuidade, conferindo-lhe uma «feição marcadamente partidocrática», que conferia mais poder a quem estava no governo e que convencia as oposições constitucionais a jogarem o jogo, para chegarem ao poder e dele beneficiarem⁸⁸.

Fontes Pereira de Melo já não contemplaria muito mais tempo a sua obra, porque morreu em janeiro de 1887. Mas, enquanto foi vivo e mandou, a monarquia constitucional esteve a salvo de grandes sobressaltos. O «moço» «pimpão» e «janota», que Saldanha levava para o poder em 1851, tornou-se, somadas todas as suas realizações e as chaves do seu sucesso, uma espécie de «vice monarca» de Portugal⁸⁹. Nele se revelava o salto operado entre a primeira metade do século, marcada por uma era de revoluções, e a segunda, dominada por um ambiente muito mais calmo e rotineiro: «passara-se de uma época em que ninguém se conseguia manter no poder para uma fase em que era difícil imaginar o país sem o Sr. Fontes»⁹⁰. Na imprensa, não poucas vezes o talento desenhador de Rafael Bordalo Pinheiro ecoava a indispensabilidade que Fontes Pereira de Melo alcançara em vida: todos os políticos, amigos ou rivais, viviam na sua sombra, procurando imitá-lo ou superá-lo; e ele mesmo, Fontes, era muitas vezes o poder oculto por detrás de outras combinações ministeriais, o homem que tinha «o rei na barriga» ou que se equilibrava,

88. Bonifácio, 2010, p. 111.

89. Martins, 1986 [1881], Vol. II, pp. 276 e 266.

90. Mónica, 2009, p. 111.

triunfante e coroadado, na cabeça do próprio monarca, e até uma figura majestática só comparável a grandes da Europa... como o célebre e todo-poderoso chanceler Bismarck⁹¹!

91. V., respetivamente, as caricaturas «A situação política» (*O António Maria*, 5 de janeiro de 1882, pp. 4-5), «A situação», sobre a apresentação ao rei do governo de António Rodrigues Sampaio, em 1881 (*O António Maria*, 8 de abril de 1881, pp. 108-109), «Nosso Senhor» (*O António Maria*, 6 de julho de 1882, p. 220), «Isto é que é» (*O António Maria*, 7 de dezembro de 1882, p. 489), ou «Bismarck de capelista» (*O António Maria*, 3 de abril de 1884, p. 108), in *Fontes Pereira de Melo nas caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro*, pp. 220-221, 148-149, 272, 336 e 495.

3.

A crítica do fontismo

Forjada pelas armas e triunfante ao cabo de um processo prolongado e tenso de lutas políticas que opôs liberais e absolutistas e, a partir de 1834, a direita cartista e a esquerda setembrista dentro do campo liberal, a monarquia constitucional só pôde estabilizar-se e consolidar-se verdadeiramente depois de 1851. A Regeneração e o fomento cimentaram a Carta Constitucional e o trono, de D. Pedro V e, muito em particular, de D. Luís, que reinou mais tempo. O período que se desenrolou de 1851 a 1890 não foi uno, nem totalmente pacífico, porque alguma pulsão revolucionária e contestação de esquerda à monarquia subsistiu sempre, semiadormecida pelo efeito tranquilizador da prosperidade material e da acalmia político-social, mas periodicamente ressurgente, em momentos de recuo económico ou de maior conflitualidade política. No entanto, por contraste com a primeira metade do século XIX e com os vinte anos pós-ultimato, que conduziram à revolução republicana de 1910, as quatro décadas da Regeneração significaram o apogeu da monarquia constitucional e do liberalismo clássico, como sua força motriz ideológica.

Saldanha e Rodrigo, no início, Fontes Pereira de Melo e uma alargada elite fontista, nos anos seguintes, transformaram a monarquia no melhor dos mundos para governar os portugueses. O sistema que Fontes tanto ajudou a cristalizar,

dando-lhe progresso e estabilidade, eleições (mais) pacíficas, uma rotação partidária vertebrada e uma relação com o trono pacífica e produtiva, assentava nas ideias do meio-termo e da evolução na continuidade. Tendo vencido o absolutismo, do qual apenas herdara o catolicismo e a forma monárquica de Estado, o liberalismo também nada queria com a herança do jacobinismo proto republicano. Fiel a um princípio de equidistância entre os dois extremos do espectro político, cortara com a soberania divina dos reis e procurava conter, disciplinar, moderar, no fundo integrar, a partir de cima, a soberania revolucionária dos povos, desperta em 1789. Considerava imperativa a separação de poderes, a consagração de direitos e garantias de cidadania, a lei escrita, a representação parlamentar e a meritocracia; mas isto não significava que o progresso, natural e desejável, da sociedade requeresse a revolução, que a igualdade civil fosse sinónimo de igualdade política ou que tudo tivesse de caminhar para um futuro utópico de democracia ou de república, cujo triunfo atentaria contra as novas elites burguesas moderadas, construídas ao longo de Oitocentos, e contra o trono, cuja preeminência como árbitro a Carta Constitucional consagrava, a bem do equilíbrio de todos os poderes. Por tudo isto, Fontes Pereira de Melo compreendia a monarquia constitucional «à maneira de Montesquieu e dos constituintes de [17]89», ou seja, sempre sujeita a (e sempre construtora de) um «duplo ideal» de «ordem e liberdade»⁹².

Nada propensa a reacionarismos, a monarquia liberal preconizava um progresso político, social, económico e até cultural que consistia em ir alargando as condições de cidadania a um número cada vez maior de concidadãos, numa abertura

92. Rattazzi, 1997 [1879], p. 470.

feita por via reformista, sem concessões ao furor revolucionário das massas⁹³. Liberal, o sistema não era, portanto, democrático ou radical; mas nada tinha de fechado ou obsoleto, antes realizando, de forma plástica, o justo equilíbrio entre progresso e ordem que proporcionava ao maior número um estado de liberdades imune a qualquer ameaça desestabilizadora, liderado por estadistas esclarecidos e por um monarca-cidadão, na cúpula, também ilustrado e progressista.

O mundo da monarquia constitucional, mesmo que pensado pelos seus obreiros para durar, não pôde, porém, ser o fim da história. O sistema teve sempre os seus dissidentes, os seus críticos, tanto no princípio, pela voz do absolutismo tradicionalista, como durante o século XIX, pela voz de radicais e iconoclastas de várias matizes. O advento da Regeneração e das ferrovias atenuou, durante os anos de meados de Oitocentos, o veio crítico que vinha das caudas mais populares do setembrismo e da patuleia. Mas na viragem dos anos de 1860 para os anos de 1870 – ou seja, e não por acaso, no período de transição mais agitada e menos próspera do primeiro para o segundo fontismo – começou a chegar à maioria e a ter acesso ao público leitor uma geração nova. A distância desta em relação à dos «pais fundadores» do liberalismo não traduzia apenas um conflito geracional; constituía uma profunda rutura ideológica e cultural, anunciando o triunfo do realismo sobre o romantismo na estética e do socialismo e republicanismo sobre o liberalismo na política⁹⁴. Era a geração da Questão Coimbrã, do Cenáculo, das Conferências do Casino – a Geração de 70. Foi essa geração nova que inaugurou a moda de

93. Bonifácio, 2010, pp. 15-17.

94. Pires, 1992, p. 35.

denegrir a monarquia da Carta e todas as convenções institucionais, culturais e sociais em que ela repousava, inscrevendo na agenda intelectual portuguesa um mote de luta a que se poderia chamar «o mito da revolução inacabada»⁹⁵. Para os novos, era urgente superar o meio-termo monárquico vigente, que lhes parecia demasiado elitista e placidamente instalado no materialismo dos melhoramentos materiais, de modo a revolucionar e alargar a esfera pública, entendida como debate, participação e consciência de cidadania. De repente, o que os liberais monárquicos sempre tinham visto como *feito* virtuoso do sistema da Carta passou a aparecer, aos olhos de muitos, como um *defeito*. E a partir do momento em que a monarquia constitucional foi julgada defeituosa abriu-se uma brecha na sua credibilidade e aceitabilidade públicas e modelou-se um discurso que seria, com *nuances* de cor política, o de todos os seus críticos.

Já no passado, e para lá das vozes radical-patuleias que moviam oposição ao cartismo, importantes intelectuais como Almeida Garrett ou Alexandre Herculano tinham expressado reservas ao triunfalismo liberal-burguês. Mesmo progressistas, que o eram, rejeitavam o materialismo do simples progresso económico, que parecia erodir tradições e costumes portugueses formadores de uma identidade de séculos. Garrett via no «barão» o novo político arrivista e oco, nobilitado à pressa e sem critério para servir de esteio a um país legal que se afastava do país real. E Herculano, embora entusiasta inicial da Regeneração, cedo se desgostou dela, quando a viu dominada pelas manhas políticas de Rodrigo da Fonseca e pela obsessão

95. Ramos, 2004, p. 127, e 2009, p. 543.

utilitária e tecnocrata de Fontes Pereira de Melo⁹⁶. Outros escritores, como Júlio Dinis ou Camilo Castelo Branco, também viriam a ecoar algum contraste crítico, antepondo ao utilitarismo das obras públicas, do comboio e das cidades, uma certa preferência ou nostalgia pelo mundo rural, das aldeias e dos valores tradicionais, mesmo que miscigenados com a inevitável dinâmica do progresso⁹⁷.

Estes sinais de dissidência intelectual e de crítica ao *status quo* aumentaram e reforçaram-se sob a égide da Geração de 70 e da sua militância política (que era também ética e estética), em prol da democracia, do socialismo, do civismo, eventualmente até já da república, como alforje e garante de tudo isto. E, de entre as obras desta geração nova, os escritos de Joaquim Pedro Oliveira Martins constituíram o mais completo «processo histórico do liberalismo português»⁹⁸ e são ainda hoje a principal fonte da imagem crítica com que muitos olham para o século XIX⁹⁹. Foi ele, dentro da Geração de 70, quem mais desmontou sistematicamente o edifício do liberalismo cartista, começando a expor a monarquia constitucional a um desgaste público que iria em crescendo até 1910.

96. No seu famoso opúsculo de 1856, *Mouzinho da Silveira ou la Révolution Portugaise*, Herculano não atacava os fundamentos do liberalismo monárquico, mas constatava que o legislador-mor, Mouzinho, fora a última (talvez até a única) figura gigante do regime. Depois dele, e sobretudo desde que a Regeneração levava o utilitarismo materialista para a governação, só tinham existido «*liliputiens politiques*» (*sic*) (Pires, 1992, pp. 197-198).

97. Justino, 2016, p. 22.

98. Valente, 1990, p. 70.

99. Para uma síntese da crítica Martiniana à monarquia constitucional, v. Ramos, 2000, e Pina, 2003, pp. 37-44. Para a sua biografia e obra (histórica, literária e política), v. Martins, 1999.

Oliveira Martins não era republicano e ainda hoje subsiste a polémica de se saber se não passou de um desenraizado do liberalismo, de um dissidente radical que permaneceu, todavia, dentro dele, sonhando reformá-lo através de uma aproximação ao socialismo, ou se cruzou a fronteira, podendo aparecer como um dos primeiros antiliberais organicistas, pela sua crítica cerrada ao individualismo e ao carácter artificial e dissolvente do liberalismo oitocentista¹⁰⁰. Como quer que fosse, foi ele um dos primeiros a declarar que a monarquia da Carta nascera imposta à nação pela guerra e pela ditadura, como um produto ideológico exótico e estrangeirado. Vitoriosa a partir de 1834, ela apenas criara com o tempo um «vazio» e uma «grande ilusão», ao pretender constituir-se como ponto de equilíbrio entre o «patriotismo histórico» do velho Portugal católico, mas genuinamente português, e a «democracia jacobina» de uma possível república¹⁰¹. Misturando a tradição com a revolução, procurando modernizar aquela e protelar esta, a monarquia liberal acabava por não ser mais do que «uma tirania de fórmulas abstratas», uma «quimera doutrinal» que ninguém pedira e na qual muitos não se reviam, tentando «conciliar o inconciliável»¹⁰². Fora por isso que à sombra da Carta

100. V. Ramos, 2000, pp. 52-55 e 81-82, e Pina, 2003, pp. 37-38 e 69.

101. Martins, 1986 [1881], Vol. I, pp. 12, 80 e 366-367, e 1957 [1870], Vol. I, pp. 91 e 95-96. Como particulariza Rui Ramos, Martins via a Monarquia constitucional da mesma maneira que Pierre Proudhon vira a Monarquia de Julho em França – como «*a stopgap between the ancien régime and democracy*» (Ramos, 2000, p. 56). Oliveira Martins precisaria melhor a sua ideia, num escrito posterior, ao afirmar que o liberalismo da Carta elaborara «sobre o papel um Portugal novo e o antigo foi destruído por completo. Cortou-se com a tradição e o novo edifício, apoiado em revoluções durante anos, não encontrou eixo senão no ceticismo político e no industrialismo económico» (Martins, 1957 [1892], Vol. II, p. 312).

102. Martins, 1986 [1881], Vol. I, pp. 26, 76 e 343.

e do trono liberal nunca tinham florescido a cidadania ilustrada ou o progresso sustentado. Ao contrário, o que mais houvesse fora o «debate anárquico de todas as individualidades», num ambiente geral de «frases» e de «tiros» até 1851, e de paz «pastosa» e «mole», de «materialismo prático» e «idolatria da utilidade» chegada a Regeneração¹⁰³. «Pagando», «comprando» e «corrompendo», o constitucionalismo monárquico arrastara sempre vida instável, cavando a «ruína financeira do país» e a «ruína moral da sociedade» e mergulhando tudo e todos num «aborrecimento universal», por querer durar quando não poderia nunca ser mais do que uma frágil «transição mansa» a caminho de um outro futuro, de maior igualdade sociopolítica, educação das massas e consciência cívica¹⁰⁴.

É principalmente na obra-prima de Oliveira Martins, o *Portugal Contemporâneo*, cuja primeira edição surgiu em 1881, que se encontra a crítica mais sistematizada e mordaz contra a Regeneração, o seu ambiente e programa, e, dentro dela, como seu símbolo e expoente, à figura do todo-poderoso ministro e líder do governo Fontes Pereira de Melo. O político – jovem na experiência, mas, do ponto de vista etário, da geração anterior à de Martins¹⁰⁵ – e a época – o Portugal pós-1851 – como que constituíam uma simbiose. E por isso o político e a época foram os alvos combinados da arrasadora crítica Martiniana,

103. Martins, 1986 [1881], Vol. I, pp. 18 e 372, e Vol. II, pp. 233-234.

104. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 233, e 1957 [1870], Vol. I, pp. 97-98 e 101-103.

105. Fontes Pereira de Melo nascera em 1819; Oliveira Martins nasceu em 1845, também o ano de nascimento do escritor Eça de Queirós. Antero de Quental, o patriarca da Geração de 70, nascera pouco antes, em 1842. Oliveira Martins era, portanto, 26 anos mais novo do que Fontes. A sua aprendizagem de cidadania e de política, como a dos jovens da sua geração, ocorreu na viragem para a década de 1870, já em plena Regeneração; a de Fontes ocorreria por entre as durezas, as tensões e a instabilidade do cabralismo e da patuleia, na década de 1840.

no fundo herdeira e aprofundadora das reservas já expressas por Herculano¹⁰⁶.

Quando escreveu o *Portugal Contemporâneo*, Oliveira Martins tinha atrás de si trinta anos de Regeneração. Não conhecia outro ambiente político e desde a sua infância, decerto, que ouvia falar no talento, na obra e na influência de Fontes Pereira de Melo. O escritor tinha 36 anos de idade, o estadista, que estava a chegar à sua terceira presidência governamental, tinha 62 anos. Muita coisa os separava. Para Oliveira Martins, o balanço da Regeneração era negativo. A partir de 1851, triunfara em Portugal uma forma de política e um ideal de sociedade – de que inicialmente «o sacerdote era Rodrigo, Fontes o diácono e Saldanha o ídolo bem fardado»¹⁰⁷ – que pouco mais fora do que um «lodo utilitário» (*sic*), um «império anárquico da aristocracia dos ricos», liderado por governos «imorais», nefastos pela «corrupção íntima de todas as coisas» e pela correlativa «adoração do bezerro de ouro»¹⁰⁸. O «bezerro», o «Deus novo», eram o «fomento» e os «caminhos-de-ferro», ou seja, a «vida nova» da «circulação e da liberdade respiratória para o corpo económico»¹⁰⁹. Mas não era isto bom? Oliveira Martins tinha reservas. Reconhecia que houvera, em 1851, um corte com o passado, porque «em vez de uma sociedade agitada por partidos e doutrinas» se transitara para uma outra, dominada

106. Oliveira Martins estimava intelectualmente Alexandre Herculano – e opinou que o velho sábio (tal como lhe estava a acontecer a ele mesmo), passara «à condição de caturra para os homens práticos, de orgulhoso para os simples e de protesto simbólico contra a decadência portuguesa e contra o abatimento universal da Europa utilitária e imperialista» (Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 244).

107. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 259.

108. Martins, 1986 [1881], Vol. II, pp. 259 e 240.

109. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 275.

«pela agitação de gozo, de riqueza, de utilidade positiva»¹¹⁰. Acontece que esse materialismo adormecera o civismo dos portugueses. No seguimento do que Alexandre Herculano já escrevera, os melhoramentos *materiais* que extasiavam e vertebravam o fontismo eram uma espécie de «pão e circo», um ópio do povo e um despotismo progressista, que esquecia a necessidade de melhoramentos *morais* – a cultura, a instrução, o autogoverno¹¹¹. Recorrendo à metáfora de Cervantes, Martins achava que a autoconsciência cívica era «Quixote», enquanto a ferrovia, os outros adereços do progresso e a predileção regeneradora pelo fomento, rápido, veloz, imediato e prazenteiro para muitos, era «Sancho»; e acrescentava que depois de 1851, em Portugal, só o segundo parecia «credor de aplauso»¹¹².

O mestre de cerimónias desse arranjo materialista, que parecia apostar mais em multiplicar comboios e estradas do que em educar cidadãos, mereceu tiradas sarcásticas e azedas da parte de Oliveira Martins. Fontes era referido como «um homem novo», todo de «instintos materiais» «amanhados por seu mestre e protetor Rodrigo», um «engenheiro hábil, janota e prático», no fundo superficial e vaidoso de si mesmo¹¹³. Não tinha a «imaginação colorida» de José Estevão, o «talento verdadeiro» de Casal Ribeiro e menos ainda o «saber especial e suficiente» de Serpa Pimentel ou de Andrade Corvo: «apenas a habilidade verbosa o distinguia. Subiu elevado num castelo de palavras. Mantém-se num trapézio de embustes»¹¹⁴. A «facúndia» era o seu «estilo». Mesmo que «bem vestido, leão da

110. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 275.

111. V. Sardica, 2016, pp. 130-131.

112. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 322.

113. Martins, 1986 [1881], Vol. II, pp. 235-236.

114. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 289.

moda», era «banal e vulgar como um empreiteiro endominguado nas salas aristocráticas invadidas». A todos anunciava que a «vida» nada mais era do que «correr a vapor, ganhar, trocar, gozar»¹¹⁵. E de tudo isto resultava, ou tudo isto convergia, (n)o retrato psicológico e político mais famoso que Oliveira Martins deixou de Fontes Pereira de Melo: «Imperialista por temperamento, engenheiro por educação, aliteratado por um resto de romantismo, e por índole portuguesa; de resto sem malícia, prosaicamente crente na limitada capacidade ideal das sociedades, por não ter génio e por obedecer às correntes da época; convictamente sectário da opinião dos economistas ex-são-simonianos, como [Michel] Chevalier, que viam na produção da riqueza o segredo da fortuna dos Estados e nas associações capitalistas, nisso a que se chamou com razão feudalismo novo, o instrumento adequado do progresso»¹¹⁶. Trinta anos passados sobre a estreia governamental fontista, o país seguia gerido pela geração de homens que então surgira na ribalta – uma geração que, resumia Martins, «não tem mais ambição do que a de manter o que existe, acompanhando passivamente, passo a passo, o desenvolver espontâneo da vida nacional. O seu liberalismo provém da sua passividade calculada». E, por tudo isso, «vamos andando»¹¹⁷. O gerúndio do verbo encerrava a crítica ao adormecimento cívico em que a nação mergulhara, com a vista cheia das novidades tecnológicas e das artimanhas políticas do fontismo.

Em janeiro de 1887, dois dias depois da morte de Fontes, num artigo escrito para o jornal *A Província*, Oliveira Martins

115. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 288.

116. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 287.

117. Martins, 1986 [1881], Vol. II, p. 340.

não renegou as opiniões que tivera sobre o estadista «adversário», declarando, no entanto, que a «oposição» não poderia ser entendida como «menosprezo». Na sua revisão crítica, o fontismo aparecera «em cena» num momento de «cansaço e desilusão» (1851), quando Portugal se achava num «círculo infernal de agitações políticas, sobre um chão desolado e seco por três séculos de parasitismo vegetativo» (*sic*). Fora sobre esse caos e essa miséria que Fontes soubera medrar e fazer obra: «O Sr. Fontes, educado pelas ideias do seu tempo, hoje anacrónicas, propôs-se modernizar Portugal e conseguiu-o. Sarjou o país de caminhos-de-ferro, inundou-o com capitais estrangeiros, nacionalizou a consolidação da dívida, implantou o livre-câmbio, e fez-nos entrar em cheio no regime do capitalismo europeu.» Um pouco menos azedo ou cortante do que no passado, Oliveira Martins hesitava em declarar se tudo isso fora um «bem» ou um «mal», mas não achava lícito, «diante da cova do estadista», negar que «esse programa tinha uma larga envergadura», sobretudo porque fora dele, Fontes Pereira de Melo, que viera «o pulso» e «a arte» para «transformar os pensamentos em obras»¹¹⁸.

Dali a três meses, em abril de 1887, no preâmbulo que redigiu para o projeto de lei de fomento rural, Martins continuava a dissecar a obra do defunto, a propósito da obsessão ferroviária tão triunfante no país: o «silvo agudo da locomotiva» «estonteara» tanto que todos, seduzidos pelas «facilidades da viação», tinham esquecido «a terra, mãe omnípara de toda a riqueza», partindo para a cidade e abrindo as portas do país «à entrada de forasteiros» e a uma concorrência ou desnacionalização

118. Martins, 1959 [1887], pp. 428-429.

económicas para que a nação não estava preparada¹¹⁹. Havia muito de injusto neste quadro macroeconómico maniqueísta entre a ferrovia, a cidade e o livre-câmbio, assim demonizados, e o campo, a agricultura e o proteccionismo, idealizados. Não obstante, Oliveira Martins ajudou a cimentar uma certa ortodoxia antifontista, ao mesmo tempo que o seu retrato de conjunto estabeleceu o essencial da narrativa pessimista que haveria de dominar a cultura e o pensamento portugueses no final do século XIX. Em 1894, com 49 anos e a poucas semanas da sua morte, na introdução à 3.^a edição do *Portugal Contemporâneo*, Martins vaticinou, em tom trágico, que a «crise financeira», a «desordem pública» e a «anarquia social» produziam um «regabofe» que não podia «ir já muito longe»; sem recursos intelectuais, morais e económicos que fomentassem o trabalho e o civismo e reduzissem as importações e o endividamento, era duvidoso que Portugal pudesse subsistir por muito mais tempo «como povo autónomo dentro das estreitas fronteiras portuguesas»¹²⁰.

Talvez Fontes Pereira de Melo ainda tenha lido o *Portugal Contemporâneo*, e seguramente que conhecia, da imprensa e do panfletismo dos críticos, as imagens caricaturais que traçavam dele. Ainda que assim fosse, sempre se revelou insensível a neuroses filosóficas sobre a decadência pátria ou sobre o angustiante problema do atraso nacional e, bem ao contrário, nunca deixou de acreditar que a obra do progresso material e da estabilização política da monarquia era, em si mesma, boa e produtora de efeitos multiplicadores positivos para o país. Animado por «um irredutível otimismo quanto ao

119. Mónica, 2009, p. 198.

120. Martins, 1986 [1881], Vol. I, pp. 9-16.

futuro»¹²¹, nunca se identificou com a *intelligentsia* iconoclasta crítica da Regeneração. Tratou sempre com condescendência paternalista a Geração de 70 como uma juventude ocamente contestatária, à qual respondia com a solidez das suas crenças e a vastidão da sua obra, e com a qual até conseguia gracejar. Conta-se, a propósito, que certo dia, tendo encontrado o jovem Eça de Queirós numa *soirée* em casa do conde de Ficalho, Fontes abordou-o para tratar o escritor como «colega». Atrapalhado, Eça respondera: «Perdão... eu nunca fui presidente do Conselho!»; ao que o político logo retorquiu, sorrindo, «Foi... foi presidente do Conselho das Farpas!»¹²²

Entre os novos e Fontes Pereira de Melo havia um confronto entre duas formas distintas de conceber a civilização e o progresso. O líder regenerador e todos os outros da sua, e da anterior, geração «tinham tido de escolher entre a Carta, as forcas de D. Miguel e o reino dos batalhões nacionais; tinham tido que sofrer várias guerras civis, incontáveis revoluções, o exílio, o medo e a miséria. Não lhes fora dado à partida um país tolerante e plácido, numa Europa em sossego. Não o comparavam, por isso, com a civilização de Londres, de Paris e de Berlim; comparavam-no ao império do fidalgo, do frade e do capitão-mor. Não lhes ocorria naturalmente que estivesse decadente. Pelo contrário, para lá das suas desilusões privadas, orgulhavam-se do seu evidente progresso»¹²³. Era

121. Macedo, 1990, p. 10.

122. Guimarães, s.d., p. 64.

123. Valente, 1990, pp. 69-70. Numa formulação semelhante, poder-se-ia dizer que «a "geração de 1850", gente como Fontes, Andrade Corvo, Rodrigues Sampaio, considerava, com alguma razão, que no meio das convulsões europeias, Portugal era uma ilha feliz. Os jovens, que ficaram na história sob a designação da "geração de 1870", pensavam exatamente o contrário» (Mónica, 2001, p. 364).

por este prisma que Fontes não se identificava com os jovens intelectuais descontentes da Geração de 70, fascinados com a civilização alheia e incapazes de reconhecer que Portugal, não sendo o melhor dos mundos, era um mundo aceitável e bem mais próspero, na Regeneração, do que o fora no passado recente. E foi este pessimismo finissecular que, no século xx, contaminou as apreciações republicana e salazarista sobre o fontismo – a primeira, antimonárquica, recusando ver nele um ciclo de progresso que melhorara a sorte de muitos portugueses, na exata medida em que a propaganda republicana sempre chamara a si o exclusivo da promessa de realização desse progresso; e a segunda, antiliberal, recusando tributar reconhecimento ao mundo e ao ambiente de liberdades em que Fontes se movera, em que ele acreditara e que ele, no fundo, tanto quisera e soubera potenciar.

4.

Fontismo: o balanço e o debate

No seu resumo biográfico sobre António Maria de Fontes Pereira de Melo, Maria Filomena Mónica sublinha que o estadista «tem sido geralmente apresentado como um tecnocrata, apenas preocupado com obras públicas, mas essa imagem está longe de ser verdadeira». E logo acrescenta: «Ele foi ainda um grande estadista e um parlamentar eminente. O seu papel na estabilização do regime pode até ser considerado mais importante do que a sua intervenção na construção da rede ferroviária.»¹²⁴

Ao lado do fontismo financeiro, tecnológico e económico, haverá assim que colocar, em posição idêntica, se não mesmo superior, o fontismo político. Construir ferrovias e estradas requeria capitais e *know-how* que Fontes encontrou e soube cativar, entre credores estrangeiros e alguns empreendedores nacionais, abrindo uma via de fomento material que

124. Mónica, 2005, p. 830. O fácies essencialmente tecnocrata de Fontes e do fontismo era o que as suas primeiras análises historiográficas mais realçavam, deixando um tanto na sombra as outras facetas da obra do estadista. Na leitura económico-social de Joel Serrão, por exemplo, elaborada na década de 1980, Fontes Pereira de Melo surge definido como a «personagem central da coisa pública portuguesa» do século XIX, a quem coubera «o papel de encabeçamento e de impulsionamento da transformação material do país, sob o signo burguês, implícita, mas sucessivamente adiada no decurso da anterior e atormentada experiência liberal lusa» (Serrão, 1984, pp. 246-247).

discípulos e adversários, com maior ou menor carga fiscal derramada, não deixaram de prosseguir. E já se viu que essas obras públicas eram projetadas como alavanca de um modelo de desenvolvimento integrado e mais complexo. Facilitar a circulação serviria para animar os campos, as cidades, o comércio, as exportações, a riqueza e a matéria coletável, elevando o nível dos portugueses, ao mesmo tempo que o Estado se dotava de folga financeira para ir gerindo os encargos com os empréstimos externos e com o serviço da dívida. O aumento desta, com o tempo, desde que controlado para evitar a bancarrota, era o preço a pagar para um salto material e, por consequência (o nexos causal é importante), civilizacional que, de outra forma, somente com capitais nacionais, dificilmente aconteceria. A economia e a sociedade precisavam de um enquadramento político e institucional novo, ao mesmo tempo que, fomentando o progresso, ajudaram a dar corpo a esse mesmo enquadramento. Fontes foi um talentoso financeiro, um grande economista e um enorme político e estadista. Da economia para a política levou a crença na liberdade, na abertura, na tolerância, no arejamento, no cosmopolitismo. Não apreciava revoluções, pelo que de desordeiro as mesmas carregavam consigo, mas também nunca defendeu qualquer tipo de reacionarismo ou imobilismo – pelo contrário. Era um homem de um campo a que hoje se chamaria o centro-direita, e que no século XIX se conhecia por conservador-progressista. Não há contradição nos termos, porque ambos assentavam no respeito e na promoção do valor essencial da liberdade, sem demasia radicais. No início da sua vida parlamentar, em 1849, Fontes deixou um autorretrato ideológico e político que se lhe aplicaria toda a vida: «Eu sou progressista, digo-o com toda a franqueza, mas sou menos progressista do que muitos

indivíduos que eu conheço nesta grande divisão; tenho, portanto, muita gente para a frente e alguma para a retaguarda. A minha opinião não é como a de muitos indivíduos que têm o espírito muito avançado; há entre eles e mim um largo espaço que não quero atravessar, e não o atravesso, porque entendo que nas cabeças desses indivíduos há utopias e eu não quero precipitar-me como lhes há de acontecer.»¹²⁵

David Justino oferece uma definição útil do fontismo: «enquanto projeto político e cultural assente na ideologia liberal reconfigurada pela ideia de progresso», ele representou «na sociedade portuguesa a primeira formulação de uma modernidade imaginada que pretende romper com o ativismo tradicional, superar o atraso estrutural da economia e desmistificar a sempre presente ideia de decadência»¹²⁶. Foi esse o sentido da vida e da obra de Fontes Pereira de Melo. Interessava-lhe, apaixonava-o mesmo, aproximar o país em que nascera daqueles mais prósperos e poderosos que visitava nas suas viagens ao estrangeiro. Apanhar o comboio da, ou para a Europa seria uma expressão que o define, literal e metaforicamente. Queria aperfeiçoar a vida nacional, e bastante progresso o fontismo derramou sobre a nação. Era um político fazedor – um tecnocrata. No conjunto do século XIX, terá sido o primeiro e o que mais solidamente se preocupou em criar riqueza, antes, ou para lá, do debate político sobre como distribuir essa mesma riqueza. Era realista o suficiente para perceber e aceitar que o país nunca poderia ser uma grande potência, e que dificilmente realizaria um *take-off* de crescimento sem o auxílio internacional; mas sabia que

125. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15 de janeiro de 1849, p. 46.

126. Justino, 2016, p. 455.

poderia ser menos pobre e atrasado, se esse auxílio fosse bem gerido, para ser realmente um multiplicador interno. A medida certa e possível do progresso, e não qualquer utopia demagógica de um futuro irrealizável, foi o que o moveu e o que marcou a época que ele dominou. Por isso o balanço sintético de Rui Ramos também é globalmente positivo para com Fontes: «Ninguém alguma vez, em Portugal, alcançou um ascendente político tão duradouro em regime pluripartidário. Sob a forma de um “ismo” – o “fontismo” – deu nome ao seu tempo. Com estradas e caminhos-de-ferro, Fontes propôs-se criar riqueza para consolidar o regime constitucional. Mas acabou por mudar o regime tanto ou mais do que a economia.»¹²⁷

É certo que os grandes bloqueios do país não desapareceram com o fontismo: uma agricultura ainda largamente de subsistência, uma indústria em bolsas de pequenas fábricas pouco capital-intensivas, um dualismo entre a cidade e o campo, o litoral e o interior, uma dívida pública cujo serviço foi crescendo mais depressa do que a melhoria real, mas insuficiente, do produto interno (e absorvendo, com isso e cada vez mais, a própria aplicação dos créditos obtidos), um analfabetismo (ainda) gigantesco (cerca de 74,5% em 1900¹²⁸), uma nação cívica afinal bastante apática, pouco consciente e pouco participativa. Sobre isto, é verdade que o sistema político do fontismo seguiu sendo bastante caciquista nas eleições, elitista no recrutamento partidário e de pessoal governativo, e muito dependente dos favores da Coroa, que Fontes tão bem soube cultivar¹²⁹. Após a sua morte, não só o Partido Regenerador

127. Ramos, 2009, p. 521.

128. Ramos, 2009, p. 599.

129. Mónica, 2009, p. 213.

deixou de ter um líder tão agregador como ele fora¹³⁰, como a própria oposição progressista entrou num caminho de crescente divisionismo, forçando D. Carlos, o novo rei que sucedeu ao pai, D. Luís, em 1889, a recorrer a governos considerados extrapartidários após o abalo do ultimato, entre 1890 e 1892. E foi justamente nesse terrível biénio que o modelo de bem-estar fontista se esgotou, do ponto de vista económico-financeiro, com o abrandamento ou inversão da curva de crescimento e com a bancarrota do Estado, declarada pelo executivo de José Dias Ferreira no verão de 1892¹³¹. A monarquia ainda durou até 1910, com os reinados de D. Carlos e de D. Manuel II. Mas depois de Fontes, cuja morte pouco antecedeu o traumático ultimato britânico de 1890, os tempos, de facto, mudaram e a solidez e credibilidade das instituições fundadas pela Carta Constitucional de 1826 não mais foram as mesmas. E na longa duração da história da liberdade portuguesa, do século XIX

130. No texto redigido aquando da morte de Fontes, Ramalho Ortigão constatou essa orfandade partidária, declarando que «substituir este homem por outro homem, como trata de fazer o atual Partido Regenerador, é uma coisa impossível», porque «Fontes Pereira de Melo chegou a substituir, pelo princípio da sua própria autoridade, todos os demais princípios que serviam de núcleo à coesão de um partido». E por isso mesmo anotava, em tom de indisfarçável lamento: «Um homem substituiu um programa – eis aí a vida de Fontes. Refazer o programa é evidentemente o único modo de substituir esse homem» (Ortigão, 1943 [1887], pp. 188-189).

131. Em 1851, a dívida pública era de c. de 83 mil contos; em 1890, totalizava 539 mil contos. Em quatro décadas mais do que sextuplicara (Mata, 1993, p. 255). Sobretudo, os défices do Orçamento-Geral do Estado cresceram regularmente, de c. de 1 600 contos no início da Regeneração para c. de 8 mil contos em 1870, e 13 a 14 mil contos no final da década de 1880 (Telo, 1994, p. 16). Era o preço a pagar pelo fomento; mas um preço que subitamente se revelou ingerível quando, após a morte de Fontes Pereira de Melo, na viragem para a década de 1890, uma violenta crise agrícola, uma drástica redução das remessas monetárias dos emigrantes – desde sempre um pilar fundamental da saúde financeira do país – e uma contração dos mercados financeiros internacionais formou uma tenaz asfixiante que levou o país à bancarrota.

para o século xx, não será errado escrever-se que «após o fontismo, o liberalismo português mais não tenha logrado do que subsistir, ainda que tentando renovar-se mediante a bastardia republicana»¹³².

É verdade que talvez o maior fracasso da obra de Fontes, em balanço final, tenha residido na sua «circunscção a alguns nichos sociais», ou seja, na sua incapacidade de induzir «um verdadeiro processo de mudança à escala nacional»¹³³. Tudo depende, porém, de quanta mudança se imagina e de quanta era possível levar a cabo. No final do século xix, o país estava indiscutivelmente melhor, nos mais variados setores, do que em 1850, tanto no plano quantitativo como no plano qualitativo. O salto operado pelo fontismo existiu – e sem o talento e as características pessoais de Fontes Pereira de Melo esse salto teria sido porventura menor. Que o progresso não tenha sido suficiente para fazer convergir mais Portugal com a Europa desenvolvida é uma questão semelhante à da «pedra de Sísifo»: o país cresceu, mas não o suficiente para se elevar ao patamar médio dos que também cresceram, e alguns deles mais do que Portugal, porque os recursos naturais eram mais abundantes, porque a geografia os fazia mais centrais, porque as sociedades partiam de um patamar educacional, cultural e cívico mais elevado, porque as disponibilidades financeiras eram maiores, melhor integrado o mercado interno ou mais

132. Serrão, 1984, p. 247.

133. Justino, 2016, p. 459. O isolamento do micromundo político de Lisboa, onde tudo acontecia, face a um certo marasmo do restante país era um problema a que o próprio Fontes não ficou insensível. Em março de 1884, já no ocaso da vida, discursando na Câmara dos Pares, o então líder do governo reconheceu que «o país real, o das montanhas e diferentes localidades, é indiferente a tudo aquilo que nós aqui fazemos» (Ramos, 2009, p. 530).

sólido o sistema institucional¹³⁴. Esta *décalage*, que a história evidencia no fontismo, é exatamente a mesma que domina o presente português, na atual relação do país com a Europa a que pertence desde a década de 1980.

Pode, assim, dizer-se que «as promessas do fontismo, de modernização geral do país, de abertura à Europa, de aproximação do nível de vida dos países desenvolvidos, só foram parcialmente cumpridas»; no final da regeneração, em 1890-1892, constataram-se os limites da «premissa fundamental» do modelo, a saber, que o Estado criara as «condições gerais do fomento», mas que a «sociedade civil», que teria de o produzir, «em grande parte falhou»¹³⁵, pela persistência dos grandes bloqueios acima referidos, minorados, mas não eliminados pela expansão fontista. E este outro problema, também evidenciado pela história no fontismo, continua igualmente a condicionar o tempo presente, do Portugal do século XXI, com a agravante de o Estado ter hoje, proporcionalmente, menos meios para servir de «locomotiva» de um progresso integrado, que mobilize e não asfixie uma esfera civil distante, depauperada ou as duas coisas juntas.

Sabe-se que Portugal entrou no século XX com os seus principais macro indicadores de progresso situados numa terceira divisão europeia, abaixo dos colossos Grã-Bretanha, Alemanha e França, a primeira divisão do velho mundo, de uma segunda

134. Sobre os problemas incontornáveis do crescimento económico português e sobre a questão do atraso nacional, v. Reis, 1993, pp. 9-32. Como resume o autor, «se, em 1900, Portugal estava afundado no atraso económico, dificilmente a situação poderia ter sido outra», porque, mesmo com todas as melhorias realizadas, havia macro fatores de potencial económico de partida que nem o impulso fontista pôde reconfigurar: «a dotação de recursos naturais, a configuração dos mercados externos, a tecnologia disponível, o *stock* de capital humano, etc.» (pp. 29-30).

135. Telo, 1994, pp. 17 e 32.

divisão constituída pelo noroeste europeu e a Escandinávia, na companhia da Itália, da Espanha e da Grécia, e acima da quarta e última divisão europeia, onde se integravam as economias e sociedades da Rússia, do Leste e dos Balcãs¹³⁶. Mas é inteiramente justo reconhecer que sem os cerca de quarenta anos de impulso do fontismo – um rótulo que revela um homem e que foi dinamo coletivo de um tempo – a posição relativa de Portugal teria sido ainda pior, e piores, portanto, as perspetivas que se deparavam ao país no ocaso da monarquia, e que depois se depararam ao país nos regimes políticos que se sucederam a partir de 1910.

Na atualidade, estudar e debater o fontismo não é só reconstruir a biografia de um homem singular. É, na verdade, considerar, medir e comparar modelos de desenvolvimento e prosperidade possíveis, num país que não pode nunca (nenhum pode, aliás) aspirar ao impossível da perfeição. O liberalismo, o fomento, o progresso e o futuro tiveram sempre, e terão sempre, uma relação algo sinuosa com a latinidade – sobretudo num Portugal onde o Estado nunca pôde dispensar-se de ser o grande investidor, perante uma sociedade civil onde não abundou a ilustração, o conhecimento e o empreendedorismo empresarial, e num ambiente financeiro e económico onde os recursos para o crescimento dependeram demasiado do crédito estrangeiro e tantas vezes acabaram absorvidos pelo conseqüente (e crescente) serviço da dívida pública. «Fontes foi um liberal que teve de se habituar a governar um país latino»¹³⁷. Foi esse o seu obstáculo, talvez até o seu irremovível limite. Mas com o seu otimismo nato e com a sua inesgotável

136. V. esta quadripartição da hierarquia europeia em Ramos, 2001, quadro a p. 26.

137. Mónica, 2005, p. 831.

energia pessoal e política, Fontes fez do obstáculo um desafio, e um desafio em que teve uma larga medida de êxito, tão marcante quanto era possível a um grande estadista empreendedor *português* inspirar, realizar e legar à posteridade uma herança sem dúvida notável no curso histórico nacional. Como ele mesmo um dia disse, cunhando uma lição inspiracional legível e útil ainda hoje, «o poder é para ser grande, é para trabalhar, é para iniciar, é para governar, mas governar no sentido mais liberal e mais honroso, com a opinião pública e com os princípios liberais»¹³⁸. E dos três homens do leme invocados no princípio deste texto – Pombal, Fontes e Salazar –, que mais moldaram os séculos em que viveram e conduziram o país, é no líder liberal regenerador, nas suas ideias e nas suas realizações, que o Portugal democrático da atualidade pode descobrir raízes históricas e aprendizagens de presente e de futuro.

138. Macedo, 1990, p. 13.

Bibliografia consultada

- ALEGRIA, Maria Fernanda (1988), «Política ferroviária do fomento. Aspectos da construção e do financiamento da rede», *Revista de História Económica e Social*, n.º 23, pp. 43-63.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (1991), *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (2007), «A burocracia do Estado no Portugal liberal (2.ª metade do século XIX)», in Pedro Tavares de Almeida e Rui Miguel Branco (org.), *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 53-79.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2010), *A Monarquia Constitucional 1807-1910*, Lisboa, Texto Editores.
- CARVALHO, Filipe Augusto de Sousa (1887), *Memória de António Maria de Fontes Pereira de Melo. Resenha sucinta dos seus méritos e serviços ao país*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- COELHO, F. J. Pinto (1877), *Contemporâneos Ilustres: António Maria de Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Tipografia da Rua dos Calafates.
- COSTA, João Carlos Rodrigues da (1887), *O General Fontes Pereira de Melo: Estudo Biográfico*, Lisboa, Tipografia Castro Irmão.
- COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch (2011), *História Económica de Portugal, 1143-2010*, Lisboa, Esfera dos Livros.

- CRUZ, António (1970), *Introdução ao Estudo da Regeneração*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, Coleção «Amphiteatrum», n.º xvi.
- DARDÉ MORALES, Carlos (2003), *La aceptación del adversario. Política y políticos de la Restauración (1875-1900)*, Madrid, Biblioteca Nueva.
- «Fontes Pereira de Melo (António Maria de)», in *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada*, Porto, Lemos e C.^a, s.d., Volume IV, pp. 836-838.
- «Fontes Pereira de Melo (António Maria de)», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda., s.d., Volume 11, pp. 598-602.
- Fontes Pereira de Melo nas caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro* (1988), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa e Museu Rafael Bordalo Pinheiro.
- FUENTES, Juan Francisco; FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (2002), «Revolución», in Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes (dir.), *Diccionario político y social del siglo XIX español*, Madrid, Alianza Editorial, pp. 628-638.
- GUIMARÃES, Luís de Oliveira (s.d.), *Eça de Queiroz e os Políticos*, Lisboa, Edições VIC.
- HOMEM, Amadeu Carvalho (1994), «Fontes Pereira de Melo», in João Medina (dir.), *História de Portugal*, Alfragide, Ediclube, Volume IX (*A Monarquia Constitucional*), pp. 68-72.
- JUSTINO, David (1989), *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, Lisboa, Vega, 2 Volumes.
- JUSTINO, David (2016), *Fontismo. Liberalismo numa Sociedade Iliberal*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- LOBO, José Joaquim Ferreira (1871), *As Confissões dos Ministros de Portugal (1832-1871)*, Lisboa, Tipografia Lisbonense.

- MACEDO, Jorge Borges de (1990), *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC).
- MARTINS, Guilherme de Oliveira (1999), *Oliveira Martins. Um Combate de Ideias*, Lisboa, Gradiva/Fundação Mário Soares.
- MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira (1957), «Os 50 anos da Monarquia Constitucional» [1870], e «Aperçu sur la situation du Portugal» [1892], in *Política e História*, Lisboa, Guimarães Editores, Volume I, pp. 87-109, e Volume II, pp. 305-319.
- MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira (1959 [1887]), «Fontes Pereira de Melo», in *A Província*, Lisboa, Guimarães Editores, Volume III, pp. 427-432.
- MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira (1986 [1881]), *Portugal Contemporâneo*, 9.^a edição, Lisboa, Guimarães Editores, 2 Volumes.
- MATA, Maria Eugénia (1988), «As três fases do fontismo: projetos e realizações», in AA.VV., *Estudos e Ensaios. Em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 413-430.
- MATA, Maria Eugénia (1993), *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal.
- MÓNICA, Maria Filomena (2001), *Eça de Queirós*, Lisboa, Quetzal Editores.
- MÓNICA, Maria Filomena (2005), «Melo, António Maria de Fontes Pereira de (1819-1887)», in Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, Lisboa, Assembleia da República, Volume II, pp. 827-831.
- MÓNICA, Maria Filomena (2009), *Fontes Pereira de Melo. Uma Biografia* (edição revista e aumentada), Lisboa, Alêtheia Editores.

- NORONHA, José Eduardo Alves de (1925), *A Regeneração. Fontes Pereira de Melo. Subsídios para a história da sua vida, meio, obra, factos, amores e aventuras*, Porto, Companhia Portuguesa Editora Lda.
- NORONHA, José Eduardo Alves de (1926), *Fontes Pereira de Melo e os seus Colaboradores. Mais subsídios para a história da política portuguesa no século XIX*, Porto, Companhia Portuguesa Editora Lda.
- ORTIGÃO, Ramalho (1943 [1887]), «Fontes Pereira de Melo», in *As Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, Volume III, pp. 167-190.
- PEDREIRA, Jorge Miguel (1985), «Fontismo», in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, Volume 1, pp. 263-265.
- PEREIRA, António Manuel (1959), *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, Livraria Simões Lopes Editor.
- «Pereira de Melo (António Maria de Fontes)» (1911), in João Manuel Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (ed.), *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Lisboa, João Romano Torres e C.^a, Volume V, pp. 644-651.
- PINA, Ana Maria (2003), *A Quimera do Ouro. Os Intelectuais Portugueses e o Liberalismo*, Oeiras, Celta Editora.
- PIRES, António Machado (1992), *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, 2.^a ed., Lisboa, Vega.
- RAMOS, Rui (1989), «O Sistema Fontista», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, Volume 2 (1851-1910), pp. 125-146.

- RAMOS, Rui (2000), «A Prisoner of Liberalism: the strange case of J. P. Oliveira Martins», *Portuguese Studies*, n.º 16, pp. 52-82.
- RAMOS, Rui (2001), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa.
- RAMOS, Rui (2004), «Os intelectuais no Estado Liberal (segunda metade do século XIX)», in Benedicta Maria Duque Vieira (org.), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*, Lisboa, CEHCP/ISCTE, pp. 106-133.
- RAMOS, Rui (coord.) (2009), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- RATTAZZI (1997 [1879]), *Portugal de Relance*, Lisboa, Edições Antígona.
- REIS, Jaime (1993), *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- REIS, Jeremias Henriques dos (1888), *A Regeneração de Portugal Precedida de Considerações Histórico-Políticas e Militares Dedicadas à Família Liberal Portuguesa*, Lisboa, Tipografia de Alfredo da Costa Braga.
- SANTOS, Manuel Pinto dos (1986), *Monarquia Constitucional. Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados, 1834-1910*, Lisboa, Assembleia da República.
- SARDICA, José Miguel (2001), *A Regeneração sob o Signo do Consenso: A política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SARDICA, José Miguel (2013), *Portugal Contemporâneo. Estudos de História*, Lisboa, Universidade Católica Editora.

- SARDICA, José Miguel (2016), *Terminar a Revolução. A política portuguesa de Napoleão a Salazar*, Lisboa, Temas e Debates.
- SERRÃO, Joel (1984), «Melo, António Maria de Fontes Pereira de (1819-1887)», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, Volume IV, pp. 246-247.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (1998), «A Administração do Estado em Portugal no século XIX», in António Morales Moya (org.), *Los 98 Ibéricos y el Mar*, Madrid, Pavilhão de Espanha na Expo'98, Volume III, pp. 317-333.
- SOARES, Duarte Gustavo Nogueira (1883), *Considerações sobre o Presente e o Futuro Político de Portugal*, Lisboa, Tipografia Universal.
- TELO, António José (1994), «O modelo político e económico da Regeneração e do Fontismo (1851-1890)», in João Medina (dir.), *História de Portugal*, Alfragide, Ediclube, Volume IX (*A Monarquia Constitucional*), pp. 11-32.
- VALENTE, Vasco Pulido (1990), «O livro único. *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins», in *Às Avestas*, Lisboa, Assírio e Alvim, pp. 68-71.
- VALENTE, Vasco Pulido (2009), «O liberalismo português», in *Portugal. Ensaios de História e de Política*, Lisboa, Alêtheia Editores, pp. 7-46.

António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887) foi o mais importante político português do século XIX, tendo a sua vida e obra dado origem à palavra “fontismo”. Este ensaio constitui uma breve biografia do estadista de Oitocentos, explicando como o fontismo significou o apogeu da monarquia liberal portuguesa, num modelo de estabilidade política, de acalmia social e de crescimento económico que mudou o país, tornando-o menos pobre e menos atrasado no panorama da Europa do tempo. Da história para o presente, o texto procura assim oferecer uma oportunidade de reflexão sobre os contextos, as possibilidades e os limites do desenvolvimento em Portugal.

